



3.ª REPROGRAMAÇÃO DO PEPAC. AGRICULTURA NACIONAL PERDE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO FUTURO!

DESTAQUE

CONFAGRI Promove Colóquio para Debater a Importância das Cooperativas Agrícolas no Desenvolvimento Rural

ATUALIDADE

O Sector do Vinho está em Crise!

DESTAQUE

AgroSemana 2024: Balanço e Reflexão sobre o Futuro da Agricultura Portuguesa

DESTAQUE

A Nova Estrutura da Comissão Europeia 2024-2029 e o Futuro Papel da Agricultura

DESCARREGUE A VERSÃO
PARCIAL DA REVISTA





IFAP

Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

REGIME DE APOIO ASSOCIADO “ANIMAIS” e ECORREGIMES “ANIMAIS” DO EIXO A

INTENÇÃO DE CANDIDATURA 2025

- Durante os meses de novembro e dezembro manifeste a intenção de candidatura, para o ano de 2025, aos Prémios «Animais» e às intervenções do PEPAC 3.4 «Melhorar a eficiência alimentar animal» e 3.5 «Bem-estar animal e uso racional de antimicrobianos», na Área Reservada do Portal do IFAP
- A candidatura destina-se aos produtores que pretendam candidatar-se em 2025 e que não o manifestaram no Pedido Único em 2024

**Cultivamos o desenvolvimento,
apoiamos o futuro!**

www.ifap.pt

Estamos no Facebook, Twitter e LinkedIn
+ info: ifap@ifap.pt | 212 427 708
Rua Fernando Curado Ribeiro n° 4G, Lisboa



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus Agrícolas

PORTUGAL PRECISA DE UMA VERDADEIRA ESTRATÉGIA PARA A ALIMENTAÇÃO



Nuno Serra
Secretário-Geral da CONFAGRI

Portugal necessita de um roteiro estratégico devidamente pensado e ponderado, articulado entre várias áreas governativas e entidades do sector, que leve a produção nacional a construir um futuro mais seguro para todos os consumidores e, ao mesmo tempo, assegure um crescimento sustentado para todos os que vivem do sector primário, direta e indiretamente. É imperativo uma estratégia de médio/longo prazo com uma linha orientadora sobre o vasto complexo alimentar em Portugal. Urge criar condições para que a agricultura, as pescas e a indústria alimentar possam investir mais, captar novos investidores externos e procurar novos mercados para exportação.

Só deste modo teremos bases sólidas para garantir previsibilidade, estabilidade, investimento e rendimento, garantindo, assim, condições favoráveis para ter novos agricultores, pescadores, empresários e investidores.

Têm sido redundantes as lamúrias de que o primeiro sector cativa poucos jovens, que tem taxas de execução de investimento baixas, e mesmo que Portugal capta pouco investimento estrangeiro. Talvez até possa ser verdade, mas com políticas públicas pouco atrativas, sem ambições futuras e que não acompanham a evolução dos tempos, como se pode esperar inverter este discurso?

A tentação fácil de espalhar dinheiro avulso através de vistosas ações de propaganda na abertura de avisos sem critério produtivo e que se mantêm iguais ano após ano, mandato após mandato, é enorme, mas é necessário mudar este paradigma.

O futuro das próximas gerações de agricultores, pescadores e empresários agroalimentares depende de um caminho claro e sustentável para que o sector produtivo e

transformador agroalimentar prossiga numa visão mais alargada e disruptiva, com uma estratégia clara para todos e assente em novas políticas públicas.

Não conseguiremos ter resultados diferentes (que são diariamente exigidos a todo o sector produtivo!) mantendo as mesmas receitas e os mesmos horizontes sem novas ambições.

Os enormes desafios que o sector agroalimentar enfrenta na transformação mais sustentável da produção mantendo, ou mesmo aumentando, os atuais níveis de produtividade para alimentar uma população em crescimento acelerado implica mais inovação, mais tecnologia, mais investigação, mais formação: ou seja, mais investimento no sector agroalimentar. ●

ÍNDICE

ESPAÇO RURAL N.º 162

Revista da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

2024

FICHA TÉCNICA

SETEMBRO/OUTUBRO

03 EDITORIAL

NUNO SERRA
SECRETÁRIO-GERAL
DA CONFAGRI



05 DESTAQUE

AGRIVAL2024 – CONFAGRI PROMOVE COLÓQUIO PARA DEBATER A IMPORTÂNCIA DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO DESENVOLVIMENTO RURAL

09 TEMA DE CAPA

3.ª REPROGRAMAÇÃO DO PEPAC. AGRICULTURA NACIONAL PERDE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO FUTURO!



13 PROJETOS CONFAGRI

PROJETO I-RESTART – PARCEIROS ENCONTRAM-SE NA UNIVERSIDADE DE MÚRCIA PARA COORDENAR AS AÇÕES A DESENVOLVER

14 ENTREVISTA

CAMB – COOPERATIVA AGRÍCOLA DE MOURA E BARRANCOS

18 ATUALIDADE

O SECTOR DO VINHO ESTÁ EM CRISE!

21 DESTAQUE

AGROSEMANA 2024: BALANÇO E REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DA AGRICULTURA PORTUGUESA

24 DIVULGAÇÃO

CONFAGRI NA FATACIL: APOIO À VALORIZAÇÃO DAS RAÇAS ALGARVIAS E PROMOÇÃO DOS PRODUTOS NACIONAIS E REGIONAIS

26 DESTAQUE

A NOVA ESTRUTURA DA COMISSÃO EUROPEIA 2024 – 2029 E O FUTURO PAPEL DA AGRICULTURA

30 ENTREVISTA

CCAM DO NORTE ALENTEJANO

34 EM FOCO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONDECORA AGROS E PROLEITE COMO MEMBROS HONORÁRIOS DA ORDEM DE MÉRITO

36 DIVULGAÇÃO

CERTIFICAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE: UM NOVO MARCO PARA A ADEGA COOPERATIVA DE FAVAIOS E COOPERATIVA TERRAS DE FELGUEIRAS

37 PRESS RELEASE

CA SEGUROS CELEBRA 30 ANOS DE COMPROMISSO E CONFIANÇA COM OS CLIENTES

38 DIVULGAÇÃO

RISCOS CLIMÁTICOS: COMO MELHOR ANTECIPAR E RESPONDER?

42 DIVULGAÇÃO

"JUDIA COM FUTURO IV": VALORIZAÇÃO DA CASTANHA E INOVAÇÃO NO SECTOR

PROPRIEDADE, EDITOR E REDAÇÃO



CONFAGRI
CONTACTOS

Palácio Benagazil
Rua Projectada à Rua C
Aeroporto de Lisboa (Humberto Delgado)
1700-008 LISBOA
Telefone: 218 118 000
Fax: 218 118 008
E-mail: espaco.rural@confagri.pt
Site: www.confagri.pt
NIPC: 501 652 299

DIRETOR

Eng.º Nuno Serra

DIRETORA EXECUTIVA

Eng.ª Aldina Fernandes

PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO

Dr. Paulo Marques

Consulte o estatuto editorial em https://www.confagri.pt/content/uploads/2018/10/Espaco_Rural_Estatuto_Editorial.pdf

DESIGN E PRODUÇÃO GRÁFICA

CEMPALAVRAS

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL™

CONTACTO

Avenida Almirante Reis, 114 - 2.º C
1150-023 LISBOA
Telefone: 218 141 574
www.cempalavras.pt

PUBLICIDADE

Telefone: 218 141 574
E-mail: luis.morais@cempalavras.pt
Telefone: 218 118 000
E-mail: espaco.rural@confagri.pt

FOTOGRAFIA

CONFAGRI e iStock

TIRAGEM

7500 exemplares

PERIODICIDADE

Bimestral

IMPRESSÃO

Jorge Fernandes, Lda.

DEPÓSITO LEGAL

242723/06

REGISTO

ERS 115370

PREÇO

2,75 Euros



Como funciona o código QR?

1

Descarregue uma aplicação gratuita do leitor de *QR code* a partir do seu dispositivo móvel.

2

Faça *scan* do código QR, centrando-o no ecrã do dispositivo móvel.

3

Veja a versão parcial da Revista Espaço Rural ou dos artigos selecionados.

AGRIVAL2024 — CONFAGRI PROMOVE COLÓQUIO PARA DEBATER A IMPORTÂNCIA DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO DESENVOLVIMENTO RURAL

TEXTO

PAULO MARQUES

CONFAGRI

A CONFAGRI, em colaboração com a COOPENAFIEL, Cooperativa Agrícola de Penafiel e com a Câmara Municipal de Penafiel, realizou no dia 26 de agosto, um importante Colóquio subordinado ao tema “As Cooperativas Agrícolas e o Desenvolvimento Rural”, no âmbito da realização de mais uma edição da AGRIVAL – Feira Agrícola do Vale do Sousa, que decorreu de 23 de agosto a 1 de setembro, em Penafiel.

O evento, que reuniu cerca de 200 participantes, e contou com a presença de diversos especialistas, políticos e figuras do sector agrícola, onde se destaca a presença do Ministro da Agricultura e Pesca, José Manuel Fernandes, teve como objetivo debater o papel fundamental das Cooperativas como pilares fundamentais para o desenvolvimento económico e social das zonas rurais e na promoção da coesão territorial.

A Sessão de Abertura contou com a participação de Nuno Serra, Secretário-Geral da CONFAGRI, Adriano Campos, Presidente da COOPENAFIEL e Beraldino Pinto, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) Norte.

Nuno Serra, Secretário-Geral da CONFAGRI, reforçou a importância das Cooperativas na organização da produção agrícola e na promoção do desenvolvimento rural e da necessidade de tudo fazermos “para as tornarmos mais fortes e resilientes”. Sublinhou que, em muitas zonas do país, as Cooperativas são o último serviço ainda presente para apoiar os agricultores, preenchendo o vazio deixado pela ausência de outros serviços públicos essenciais, ilustrando o papel vital que estas instituições desempenham na coesão territorial.



1. ASSISTÊNCIA DO COLÓQUIO

O responsável indicou que, para a manutenção deste papel, é fundamental que as Cooperativas se preparem para os desafios futuros, mas também que exista um maior apoio governamental através de “políticas públicas que possam acompanhar o desenvolvimento destas organizações”, apontando para os avanços que o Governo Espanhol tem feito nesse sentido, dado o apoio significativo que as Cooperativas espanholas recebem em comparação com as portuguesas. Nuno Serra mencionou também o estudo encomendado pela CONFAGRI sobre o estado do cooperativismo agrícola em Portugal, já entregue ao novo Governo, destacando que muitas ferramentas financeiras e mecanismos de apoio continuam inacessíveis às Cooperativas e que a CONFAGRI “está a lutar para que esses entraves sejam eliminados de modo a que as Cooperativas possam usufruir das mesmas oportunidades que a generalidade das empresas”, acrescentando que o estudo será uma ferramenta crucial para exercer a necessária pressão política. A intervenção de Nuno Serra deixou clara a determinação da CONFAGRI em

continuar a trabalhar arduamente ao lado das Cooperativas no processo de modernização e capacitação destas instituições, enquanto simultaneamente pressiona os decisores políticos a adotarem medidas que promovam o crescimento sustentável do sector cooperativo em Portugal.

Logo após, Adriano Campos, Presidente da COOPENAFIEL, dirigiu-se aos presentes, elogiando a parceria contínua entre a Cooperativa que representa e a CONFAGRI. Adriano Campos aproveitou a ocasião para destacar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores da região, especialmente no sector vitivinícola, mencionando o impacto das importações de vinho que depois é vendido como vinho nacional. O responsável apelou às autoridades para uma maior fiscalização e apoio ao sector, afirmando que os pequenos produtores locais estão a ser duramente prejudicados e que se assiste cada vez mais ao empobrecimento do rendimento das empresas agrícolas. Adriano Campos fez ainda um apelo à união dos agricultores e das Cooperativas, sublinhando que apenas com maior cooperação e fusões estratégicas será

possível enfrentar os desafios do mercado. "A experiência de sucesso das fusões no crédito agrícola serve de exemplo. Temos de unir forças para sermos mais competitivos e para garantir melhores condições de compra e venda para os nossos associados", disse, referindo a importância da economia de escala para baixar os custos de produção e aumentar a margem de lucro dos agricultores. O responsável terminou a sua intervenção reforçando a importância do apoio governamental e das políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento do sector agrícola, destacando que as Cooperativas são essenciais para garantir a sustentabilidade das explorações agrícolas e, por conseguinte, das comunidades rurais. Beraldino Pinto, Vice-Presidente da CCCR Norte, deu continuidade à sessão de abertura, destacando a relevância do

e ao lado dos agricultores, procurando assegurar que dispõem de recursos e apoios necessários para enfrentar os desafios com que estão confrontados". Por fim, e a este propósito, Beraldino Pinto apontou ainda a necessidade de uma articulação eficaz entre os fundos comunitários, como o PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum) e os programas regionais do Portugal 2030 e do Norte 2030, para garantir que o investimento atinja o sector agroalimentar de forma estratégica, contribuindo efetivamente para o seu fortalecimento.

Painel “As Cooperativas Agrícolas e o Desenvolvimento Rural”

O Painel do Colóquio contou com a intervenção de Arlindo Cunha, Professor Universitário e Ex-Ministro da Agricultura e os comentários de Casimiro Alves,

país na capacitação e modernização das Cooperativas agrícolas. Foram ainda discutidos temas como a digitalização, a sustentabilidade ambiental e a necessidade de uma cooperação entre as Cooperativas para enfrentar os desafios económicos e tecnológicos que o sector agrícola enfrenta. O painel de especialistas partilhou perspetivas sobre o futuro das Cooperativas e o papel por elas desempenhado na promoção do desenvolvimento rural e da necessária coesão territorial, reforçando a importância da definição de políticas públicas e apoios contínuos por parte do Governo, que garantam a viabilidade do sector.

Sessão de Encerramento

A sessão de encerramento foi particularmente rica em intervenções que abordaram questões essenciais para o futuro das Cooperativas e do sector agrícola em Portugal, e contou com a participação do Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, do Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, Antonino Sousa e do Ministro da Agricultura e Pesca, José Manuel Fernandes.

Idalino Leão, abriu a sessão de encerramento referindo a importância do tema do colóquio, uma vez que as Cooperativas desempenham um papel crucial na coesão territorial e no desenvolvimento rural, e apelou para que o Governo reconheça o seu valor estratégico. "As Cooperativas são o veículo que pode alavancar o desenvolvimento do mundo rural", afirmou, reforçando que o papel das Cooperativas deve ser assumido como uma prioridade estratégica nas políticas públicas e que deve haver coragem política para a sua implementação, apontando como exemplo o caso de Espanha.

O Presidente da CONFAGRI destacou ainda que, em mais de 30 anos, não foram criadas medidas específicas para apoiar as Cooperativas em Portugal, referindo que a última medida nesse sentido foi implementada durante a década de 1990, sob a liderança do então Ministro Arlindo Cunha.

Idalino Leão apontou igualmente que o próprio sector também deve analisar os aspetos que pode melhorar, de modo a apresentar à tutela cadernos reivindicativos "onde dizemos o que pretendemos e quanto custam essas alterações". Nesse sentido, a CONFAGRI já havia apresentado ao anterior Governo, sem



2. PAINEL DE ORADORES

colóquio para a promoção do cooperativismo e do desenvolvimento rural, referindo que as Cooperativas agrícolas não são apenas organizações de produtores, mas verdadeiros motores de desenvolvimento económico, social e ambiental. Apontou para a importância de reforçar as sinergias entre conhecimento, inovação e cooperação de modo a garantir que o sector agroalimentar continua competitivo e sustentável, referindo que as Cooperativas agrícolas são agentes centrais na transformação das nossas economias rurais, e sublinhando a necessidade de capacitação e inovação no sector. Reforçou o compromisso de estar "sempre ao lado das Cooperativas, das associações

Presidente da VERCOOPE e Higinio Mougan, Gestor da Associação Galega de Cooperativas Agroalimentares (AGACA). A moderação deste painel esteve a cargo de Nuno Serra, Secretário-Geral da CONFAGRI. Ao longo do colóquio, foram discutidos diversos temas relacionados com o cooperativismo e o desenvolvimento rural, com especial foco nas políticas públicas e no papel das Cooperativas na promoção da coesão territorial. Nesse aspeto é de referir a intervenção de Higinio Mougan, que partilhou a experiência da Galiza em termos de políticas públicas de apoio ao cooperativismo, sublinhando os avanços significativos que foram feitos naquele

sucesso, e apresentou ao novo Governo, um caderno com uma série de propostas, e entre elas constava um programa de capacitação e reestruturação das Cooperativas. Idalino Leão apontou que este programa é fundamental e que deve ser um “programa plurifundo, exatamente pela sua natureza, pela sua amplitude, pois se empurrarmos tudo para o PEPAC, vamos ouvir a conversa que teremos de esperar pelo próximo programa, e não precisamos de esperar. Existem outros programas que podem e devem ser executados, e como vimos, a necessidade de investimento é premente”.

A este propósito, Idalino Leão aproveitou para apelar para que as verbas destinadas ao investimento não sejam reduzidas, uma vez que são fundamentais para garantir a sustentabilidade, capacitação e modernização das explorações agrícolas e das Cooperativas.

Relativamente ao rendimento dos agricultores apontou um dado relevante, revelando que na região Norte, 80% do rendimento dos agricultores provem do trabalho destes e das condições de mercado e só 20% vêm dos chamados subsídios, enquanto noutras regiões do País existe esta mesma proporção mas em sentido inverso, o que para o



3. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO

responsável “é imoral e devia acabar de uma vez por todas, porque as políticas públicas deviam ser direccionadas para ajudar os agricultores que fazem uma gestão ativa e produtiva do território”.

Terminou reconhecendo no Ministro, sensibilidade e conhecimento do território e das políticas europeias e que, como tal, “temos a expectativa que, de uma vez por todas, se olhe para as Cooperativas, para a sua capacitação, para a sua reestruturação, porque, quando comemos uma maçã, bebemos um copo de vinho ou bebemos um copo de leite, é mais do que um alimento, é gente e território que estamos a tratar e é isso que temos que acautelar”.

Antonino Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, interveio logo a seguir, agradecendo a presença de todos e elogiando a parceria de longa data entre a Câmara Municipal de Penafiel e a CONFAGRI na promoção do sector agrícola na região.



ENFARDADEIRA FBP 3135



SEMEADOR DE SEMEITEIRA DIRETA SDE3000



GRADE RÁPIDA

BE STRONG, BE KUHN



SEMEADOR MONOGÃO MAXIMA 3



JUNTADOR DE FENOS



GADANHEIRA LIFT CONTROL



Auto Industrial
Divisão Agrícola

M. Edifício Auto Industrial | Estrada da Circunvalação | 2794-065 Carnaxide
T. +351 210 009 771
E. divagricola@auto.industrial.pt
W. divisaoagricola.autoindustrial.pt

O responsável destacou a importância de iniciativas como o colóquio da CONFAGRI para promover o debate sobre os problemas que afetam o mundo rural, e enalteceu a presença de especialistas e dirigentes que, ano após ano, contribuem para a qualidade dos debates realizados na AGRIVAL, referindo que "a AGRIVAL é um espaço de reflexão e de partilha de ideias em torno daquelas que são as grandes questões do mundo rural, por isso mesmo, ano após ano temos este auditório totalmente cheio".

José Manuel Fernandes, Ministro da Agricultura, encerrou o colóquio com uma intervenção detalhada sobre as políticas públicas para o sector agrícola e o papel das Cooperativas no desenvolvimento rural. O Ministro começou por reconhecer os desafios enfrentados pelas Cooperativas e pelos agricultores, destacando a importância da coesão territorial e da justiça na distribuição dos fundos europeus. "As Cooperativas não precisam de discriminação positiva, precisam de justiça", afirmou, sublinhando que os fundos europeus devem ser usados de forma equilibrada e justa para reduzir as assimetrias regionais e promover o desenvolvimento das zonas rurais.

O Ministro referiu ainda que o Governo está a trabalhar para aumentar o rendimento dos agricultores, promover a necessária renovação geracional e que vai rever o Acordo de Parceria do Portugal 2030, com vista a "acomodar investimentos nas Cooperativas no âmbito do aumento da capacidade de armazenamento, na digitalização e no objetivo da descarbonização", referindo que as Cooperativas agrícolas acrescentam valor, são essenciais para a coesão e competitividade do território, e que, como tal, merecem ter acesso a financiamento para investirem, modernizarem-se e reforçarem as suas competências internas.

Desenvolvendo o seu discurso, José Manuel Fernandes sublinhou a importância do sector agrícola não ser visto apenas como uma parte do PIB, mas como um motor transversal que "abrange inúmeras dimensões desde a economia, a indústria, a transformação, a gastronomia, o património cultural, a coesão territorial, a investigação", de que não nos podemos esquecer. Apontou para a necessidade de uma nova perceção da agricultura e dos



4. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL, ANTONINO SOUSA

agricultores enquanto pilar da autonomia estratégica da União Europeia e alertou para os riscos de um modelo económico que concentra demasiada riqueza nas áreas urbanas, em detrimento das regiões rurais, destacando que devemos parar de ver a agricultura não só como uma atividade produtiva, mas também como



5. INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA AGRICULTURA E PESCA, JOSÉ MANUEL FERNANDES

uma componente fundamental da nossa economia, cultura e coesão territorial. Reforçou igualmente o compromisso do Governo em apoiar os jovens agricultores, aumentando o prémio de instalação para 50 mil euros (e até 55 mil euros para territórios vulneráveis), uma medida que visa

promover a renovação geracional no sector. O Ministro alertou ainda para o problema do licenciamento agrícola, mencionando que o tempo excessivo para aprovar infraestruturas, como por ex. charcas e pequenas explorações agrícolas, é inaceitável, estando o Governo a trabalhar nesta simplificação. Além disso, o responsável sublinhou ainda a necessidade de uma gestão eficaz dos fundos europeus, lembrando que, caso não execute corretamente os diversos fundos europeus, Portugal pode correr o risco de perder esses recursos, sendo como tal imperativo que os mesmos não sejam desperdiçados e que se consiga que cada cêntimo disponível possa contribuir para o fortalecimento do sector agroalimentar, estando o Governo empenhado em garantir que o investimento no sector seja maximizado.

O Ministro concluiu a sua intervenção com uma nota de otimismo, reafirmando o compromisso do Governo com a agricultura e a importância de Cooperativas fortes e bem estruturadas para enfrentar os desafios futuros, dizendo que conta com todos os agentes do sector e que, com esta postura de cooperação e com os recursos que serão colocados à disposição, "conseguiremos um Portugal mais competitivo, mais coeso, mais inclusivo e mais sustentável".

Conclusão

O colóquio da CONFAGRI na AGRIVAL 2024 foi um momento de reflexão e debate sobre o futuro das Cooperativas agrícolas em Portugal. As intervenções dos principais oradores destacaram a importância das Cooperativas na coesão territorial, na promoção do desenvolvimento rural e na sustentabilidade económica das zonas rurais. Os desafios são muitos, mas o compromisso dos dirigentes cooperativos e dos governantes em encontrar soluções para o sector ficou evidente ao longo de todo o evento.

Com o papel das Cooperativas a ser cada vez mais reconhecido como essencial para o desenvolvimento sustentável, este colóquio deixou uma mensagem clara: As Cooperativas são fundamentais para o futuro do mundo rural e o futuro destas depende de uma ação concertada com o sector público, com foco na inovação, sustentabilidade, cooperação e investimento contínuo no sector agrícola. ●



TEXTO

AUGUSTO FERREIRA

 CONFAGRI

3.ª REPROGRAMAÇÃO DO PEPAC.

AGRICULTURA NACIONAL PERDE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO FUTURO!

A terceira reprogramação do PEPAC, para além de alguns aperfeiçoamentos de natureza técnica é essencialmente uma reprogramação financeira.

Pese embora, em reflexões efetuadas anteriormente sobre este tema tenham sido suscitadas dúvidas relativas às opções estratégicas do PEPAC, tendo em conta o diagnóstico efetuado no âmbito dos trabalhos preparatórios do plano, constata-se que a reprogramação financeira agora apresentada é contraditória com todos os princípios anteriormente existentes, mesmo tendo em consideração as alterações que se verificaram nos últimos anos neste nosso Mundo. Neste artigo, pretende-se essencialmente apresentar com clareza e transparência o quadro financeiro do PEPAC, apresentado aos membros do Comité de Acompanhamento do PEPAC, no passado dia 9 de outubro. O ponto de partida para a reprogramação financeira foi o défice causado pela adesão (mais do que previsível) a alguns ecorregimes, e que totaliza, anualmente, um montante próximo de 30 milhões de euros (inicialmente a estimativa apontava para um défice próximo dos 50 milhões de euros anuais), com tendência para agravar-se.

Para a resolução do défice, a Autoridade de Gestão do PEPAC Nacional propôs a transferência das intervenções A.3.1 – Agricultura biológica (Conversão e Manutenção) e A.3.2 – Produção Integrada (PRODI) – Culturas Agrícolas, com uma despesa anual de aproximadamente 132 milhões de euros, cerca de 4 vezes superior às necessidades para colmatar o défice, do Eixo A (Ecorregimes), financiado pelo FEAGA (Pilar I), para o Eixo C (Pilar II), através da criação de duas novas intervenções, a C.1.1.7 e a C.1.1.8, financiadas pelo FEADER.

Como consequência da transferência de ambas as intervenções, os referidos 132 milhões de euros que deixaram de estar afetos àquelas duas intervenções passam a estar afetos, por opção da tutela, à intervenção A.1.1 – Apoio ao Rendimento Base e à intervenção A.3.6 – Práticas Promotoras da Biodiversidade, opção que não parece conduzir a qualquer tipo de gestão ativa do território ou produção inovadora... como é salientado na declaração estratégica da proposta de reprogramação.

Mas as contradições não se ficam por aqui. E, continuando, na mesma “Declaração estratégica”, temos:

- ▶ *Os apoios ao investimento, quer em infraestruturas coletivas, quer na exploração agrícola e florestal são importantes, estando, contudo, a conhecer adiantamentos neste contexto económico de incerteza...*
- ▶ *Num mercado como o alimentar, com características oligoponistas a jusante, a organização da produção permite mitigar desequilíbrios na cadeia. Os POF&H (1% do PF), as regras de acesso a apoios associados e o incentivo à criação de OP são instrumentos vocacionados para este domínio.*
- ▶ *É ainda necessário reforçar a prevenção, gestão de riscos e catástrofes, estando previsto o incentivo à subscrição de seguros...*
- ▶ *...é ainda necessário incentivar a bioeconomia e a economia circular, designadamente pelo desenvolvimento da pequena agricultura e sua integração no mercado.*

Conhecidas algumas das referências estratégicas da reprogramação, então o que nos espera na realidade. E, a realidade, são apenas números e pouca estratégia! E para tal, devemos olhar para a Figura 3 – Eixo C – Quadro recapitulativo financeiro, e constatar que a opção de fazer

FIGURA 1 Eixo A – Quadro recapitulativo financeiro

	Previsão da Despesa Pública (após 2.ª Reprogramação) – Euros	Previsão da Despesa Pública (após a proposta da 3.ª Reprogramação) – Euros	Varição em valor (€)	Varição (%)
Eixo A – RENDIMENTO E SUSTENTABILIDADE	3 487 151 982,00	3 487 151 978,64	-3,36	0%
A.1 RENDIMENTO E RESILIÊNCIA	1 944 661 070,04	2 205 506 729,49	261 733 604,45	13%
A.1.1 – Apoio ao rendimento base	1 253 175 783,04	1 514 021 442,49	260 845 659,45	21%
A.1.2 – Apoio Associado	691 485 287,00	691 485 287,00	0,00	0%
A.1.2.1 – Pagamento vaca em aleitamento	248 989 110,00	248 989 110,00	0,00	0%
A.1.2.2 – Pagamento aos pequenos ruminantes	189 205 359,00	189 205 359,00	0,00	0%
A.1.2.3 – Pagamento leite de vaca	83 028 671,00	83 028 671,00	0,00	0%
A.1.2.4 – Pagamento ao arroz	58 578 255,00	58 578 255,00	0,00	0%
A.1.2.5 – Pagamento ao tomate para indústria	25 043 040,00	25 043 040,00	0,00	0%
A.1.2.6 – Pagamento às proteaginosas	4 782 505,00	4 782 505,00	0,00	0%
A.1.2.7 – Pagamento aos cereais praganosos	12 694 552,00	12 694 552,00	0,00	0%
A.1.2.8 – Pagamento ao milho grão	48 257 600,00	48 257 600,00	0,00	0%
A.1.2.9 – Pagamento ao milho silagem	17 577 000,00	17 577 000,00	0,00	0%
A.1.2.10 – Pagamento à multiplicação de sementes certificadas	2 441 250,00	2 441 250,00	0,00	0%
A.1.2.11 – Pagamento específico para o algodão	887 945,00	887 945,00		
A.2 EQUIDADE	668 228 089,82	661 082 489,82	-7 145 600,00	-1%
A.2.1 – Pagamento aos pequenos agricultores	319 581 387,00	312 435 787,00	-7 145 600,00	-2%
A.2.2 – Apoio redistributivo complementar	348 646 702,82	348 646 702,82	0,00	0%
A.3 SUSTENTABILIDADE (Ecorregime)	874 262 819,78	620 562 759,33	-253 700 060,45	-29%
A.3.1 – Agricultura biológica (Conversão e Manutenção)	390 997 100,00	154 760 600,00	-236 236 500,00	-60%
A.3.2 – Produção Integrada (PRODI) – Culturas Agrícolas	273 426 511,78	110 995 980,00	-162 430 531,78	-59%
A.3.3 – Gestão do Solo	92 750 000,00	93 593 013,91	843 013,91	1%
A.3.3.1 – Gestão do solo – Maneio da pastagem permanente	63 450 000,00	75 106 817,48	11 656 817,48	18%
A.3.3.2 – Gestão do solo – Promoção da Fertilização Orgânica	29 300 000,00	18 486 196,43	-10 813 803,57	-37%
A.3.4 – Melhorar a eficiência alimentar animal para redução das emissões de GEE	24 389 200,00	32 951 411,44	8 562 211,44	35%
A.3.5 – Bem-estar animal e Uso Racional de Antimicrobianos	19 500 008,00	36 827 531,69	17 327 523,69	89%
A.3.6 – Práticas promotoras da biodiversidade	73 200 000,00	191 434 222,29	118 234 222,29	162%

FIGURA 2 Eixo B – Quadro recapitulativo financeiro

	Previsão da Despesa Pública (após 2.ª Reprogramação) – Euros	Previsão da Despesa Pública (após a proposta da 3.ª Reprogramação) – Euros	Varição em valor (€)	Varição (%)
Eixo B – ABORDAGEM SECTORIAL INTEGRADA	338 169 752,00	338 174 752,00	0,00	0%
B.1 PROGRAMA NACIONAL PARA APOIO AO SECTOR DA FRUTA E DOS PRODUTOS HORTÍCOLAS	65 772 752,00	65 777 752,00	0,00	0%
B.2 PROGRAMA NACIONAL PARA APOIO AO SECTOR DA APICULTURA	21 717 000,00	21 717 000,00	0,00	0%
B.2.1 – Assistência técnica aos apicultores e organizações de apicultores	7 612 000,00	7 612 000,00	0,00	0%
B.2.2 – Luta contra a varroose	11 905 000,00	11 905 000,00	0,00	0%
B.2.3 – Combate à Vespa velutina (vespa asiática)	500 000,00	500 000,00	0,00	0%
B.2.4 – Apoio à transumância	250 000,00	250 000,00	0,00	0%
B.2.5 – Análises de qualidade do mel ou outros produtos apícolas	100 000,00	100 000,00	0,00	0%
B.2.6 – Apoio à aquisição de rainhas autóctones selecionadas	150 000,00	150 000,00	0,00	0%
B.2.7 – Apoio a projetos de investigação aplicada	600 000,00	600 000,00	0,00	0%
B.2.8 – Melhoria da qualidade dos produtos apícolas	600 000,00	600 000,00	0,00	0%
B.3 PROGRAMA NACIONAL PARA APOIO AO SECTOR DA VITIVINICULTURA	250 680 000,00	250 680 000,00	0,00	0%
B.3.1 – Destilação de subprodutos da vinificação	12 000 000,00	12 000 000,00	0,00	0%
B.3.2 – Promoção e comunicação nos países terceiros	26 400 000,00	40 600 000,00	14 200 000,00	54%
B.3.3 – Reestruturação e conversão de vinhas (Biológica)	4 000 000,00	4 000 000,00	0,00	0%
B.3.4 – Reestruturação e conversão de vinhas	188 280 000,00	147 580 000,00	-40 700 000,00	-22%
B.3.5 – Seguros de colheitas	20 000 000,00	18 500 000,00	-1 500 000,00	-8%
B.3.6 – Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis	0,00	25 000 000,00	25 000 000,00	NOVA
B.3.7 – Colheita em verde	0,00	3 000 000,00	3 000 000,00	NOVA

transitar duas intervenções para o Eixo C, teve como consequências:

- Redução de 48% na intervenção C.2.1 – Investimentos na Exploração Agrícola;
- Redução de 43% na intervenção C.3.1 – Investimentos na Bioeconomia de base agrícola/Florestal;
- Redução de 44% na intervenção C.3.2 – Silvicultura Sustentável;

- Redução de 52% na intervenção C.4.1 – Gestão de Riscos;
- Redução de 49% na intervenção C.4.2 – Apoio à Promoção de Produtos de Qualidade;
- Redução de 46% na intervenção C.4.3 – Organização da produção;
- Redução de 51% na intervenção C.5.1 – Grupos operacionais para a inovação;

- Redução de 50% na intervenção C.5.2 – Formação e informação;
- Redução de 30% na intervenção C.5.3 – Aconselhamento;
- Redução de 50% na intervenção C.5.4 – Conhecimento Agroambiental e Climático;
- Redução de 28% na intervenção C.5.5 – Acompanhamento Técnico Especializado – Intercâmbio de conhecimento.

FIGURA 3 Eixo C – Quadro recapitulativo financeiro

	Previsão da Despesa Pública (após 2.ª Reprogramação) – Euros	Previsão da Despesa Pública (após a proposta da 3.ª Reprogramação) – Euros	Varição em valor (€)	Varição (%)
Eixo C – DESENVOLVIMENTO RURAL	2 362 592 470,08	2 548 312 470,08	185 720 000,00	8%
C.1 GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA	1 045 816 126,08	1 713 618 401,08	667 802 275,00	64%
C.1.1 – Compromissos Agroambientais e Clima	618 076 127,10	1 188 078 402,10	570 002 275,00	92%
C.1.1.1 – Uso Eficiente dos Recursos Naturais:	127 891 851,70	127 891 851,70	0,00	0%
C.1.1.1.1 – Conservação do solo	90 976 774,05	90 976 774,05	0,00	0%
C.1.1.1.1.1 – Conservação do solo – Sementeira direta	3 738 257,00	3 738 257,00	0,00	0%
C.1.1.1.1.2 – Conservação do solo – Enrelvamento	67 237 927,30	67 237 927,30	0,00	0%
C.1.1.1.1.3 – Conservação do solo – Pastagens Biodiversas	20 000 589,75	20 000 589,75	0,00	0%
C.1.1.1.2 – Uso eficiente da água	36 915 077,65	36 915 077,65	0,00	0%
C.1.1.2 – Manutenção de sistemas extensivos com valor ambiental ou paisagístico.	178 435 950,95	178 435 950,95	0,00	0%
C.1.1.2.1 – Montados e Lameiros	59 471 586,75	59 471 586,75	0,00	0%
C.1.1.2.2 – Culturas Permanentes e Paisagens Tradicionais	118 964 364,20	118 964 364,20	0,00	0%
C.1.1.3 – Mosaico Agroflorestal	165 557 464,45	165 557 464,45	0,00	0%
C.1.1.4 – Manutenção de Raças Autóctones	89 116 000,00	89 116 000,00	0,00	0%
C.1.1.5 – Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos (animais, vegetais e florestais)	37 010 000,00	37 010 000,00	0,00	0%
C.1.1.6 – Apoio à apicultura para a biodiversidade	20 064 860,00	20 067 135,00	2 275,00	0%
C.1.1.7 – Produção Integrada – PRODI	0,00	210 000 000,00	210 000 000,00	NOVA
C.1.1.8 – Agricultura biológica (Conversão e Manutenção)	0,00	360 000 000,00	360 000 000,00	NOVA
C.1.2 – Manutenção da atividade agrícola em zonas com condicionantes	427 739 998,98	525 539 998,98	97 800 000,00	23%
C.1.2.1 – Apoio às Zonas com Condicionantes Naturais	389 999 998,98	485 999 998,98	96 000 000,00	25%
C.1.2.2 – Pagamento Rede Natura	37 740 000,00	39 540 000,00	1 800 000,00	5%
C.2 INVESTIMENTO E REJUVENESCIMENTO	726 995 000,00	505 420 640,09	-221 574 359,91	-30%
C.2.1 – Investimentos na Exploração Agrícola	501 995 000,00	260 369 568,73	-241 625 431,27	-48%
C.2.1.1 – Investimento Produtivo Agrícola – Modernização	335 520 000,00	168 443 900,00	-167 076 100,00	-50%
C.2.1.2 – Investimento Agrícola para Melhoria do Desempenho Ambiental	138 875 000,00	66 019 398,18	-72 855 601,82	-52%
C.2.1.3 – Investimentos Não Produtivos	27 600 000,00	10 819 999,99	-16 780 000,01	-61%
C.2.1.4 – Investimento produtivo agrícola – Modernização e melhoria do desempenho ambiental apoiado por instrumento financeiro	0,00	15 086 270,56	15 086 270,56	NOVA
C.2.2 – Instalação Jovens Agricultores	225 000 000,00	245 051 071,36	20 051 071,36	9%
C.2.2.1 – Prémio instalação Jovens Agricultores	75 000 000,00	75 040 980,00	40 980,00	0%
C.2.2.2 – Investimento produtivo Jovens Agricultores	150 000 000,00	150 000 000,00	0,00	0%
C.2.2.3 – Investimento produtivo de jovens agricultores apoiado por instrumento financeiro	0,00	20 010 091,36	20 010 091,36	NOVA
C.3 SUSTENTABILIDADE DAS ZONAS RURAIS	425 681 544,00	243 930 699,90	-181 750 844,10	-43%
C.3.1 – Investimentos na Bioeconomia de base agrícola/Florestal	150 750 000,00	90 451 155,90	-60 298 844,10	-40%
C.3.1.1 – Investimento produtivo Bioeconomia – Modernização	112 750 000,00	56 484 456,00	-56 265 544,00	-50%
C.3.1.2 – Investimento na Bioeconomia para Melhoria do Desempenho Ambiental	38 000 000,00	18 999 999,90	-19 000 000,10	-50%
C.3.1.3 – Investimento produtivo na bioeconomia – Modernização e melhoria do desempenho ambiental apoiado por instrumento financeiro	0,00	14 966 700,00	14 966 700,00	NOVA
C.3.2 – Silvicultura Sustentável	274 931 544,00	153 479 544,00	-121 452 000,00	-44%
C.3.2.1 – Florestação de terras agrícolas e não agrícolas	53 110 000,00	26 668 000,00	-26 442 000,00	-50%

FIGURA 3 Eixo C – Quadro recapitulativo financeiro

(continuação)

C.3.2.2 – Instalação de sistemas agroflorestais	3 360 000,00	1 680 000,00	-1 680 000,00	-50%
C.3.2.3 – Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos	45 650 000,00	22 880 000,00	-22 770 000,00	-50%
C.3.2.4 – Restabelecimento do potencial silvícola na sequência de catástrofes naturais, de fenómenos climáticos adversos ou de acontecimentos catastróficos	59 160 000,00	29 760 000,00	-29 400 000,00	-50%
C.3.2.5 – Promoção dos serviços de ecossistema	64 000 000,00	32 080 000,00	-31 920 000,00	-50%
C.3.2.6 – Melhoria do valor económico das florestas	15 204 000,00	7 644 000,00	-7 560 000,00	-50%
C.3.2.7 – Gestão de Fauna Selvagem	2 800 000,00	1 400 000,00	-1 400 000,00	-50%
C.3.2.8 – Prémio à perda de rendimento e à manutenção de investimentos florestais	31 647 544,00	31 367 544,00	-280 000,00	-1%
C.4 RISCO E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	107 204 800,00	52 024 729,00	-55 180 071,00	-51%
C.4.1 – Gestão de Riscos	100 494 800,00	48 454 729,00	-52 040 071,00	-52%
C.4.1.1 – Seguros	64 995 000,00	32 631 203,99	-32 363 796,01	-50%
C.4.1.2 – Prevenção de calamidades e catástrofes naturais	12 500 000,00	6 300 000,00	-6 200 000,00	-50%
C.4.1.3 – Restabelecimento do potencial produtivo	12 000 000,00	6 000 000,00	-6 000 000,00	-50%
C.4.1.4 – Fundo de Emergência Rural	10 999 800,00	3 523 525,01	-7 476 274,99	-68%
C.4.2 – Apoio à Promoção de Produtos de Qualidade	1 410 000,00	720 000,00	-690 000,00	-49%
C.4.3 – Organização da produção	5 300 000,00	2 850 000,00	-2 450 000,00	-46%
C.4.3.1 – Criação de agrupamentos e organizações de produtores	3 600 000,00	2 000 000,00	-1 600 000,00	-44%
C.4.3.2 – Organizações Interprofissionais	1 700 000,00	850 000,00	-850 000,00	-50%
C.5 CONHECIMENTO	56 895 000,00	33 318 000,01	-23 576 999,99	-41%
C.5.1 – Grupos operacionais para a inovação	22 500 000,00	11 000 000,00	-11 500 000,00	-51%
C.5.2 – Formação e informação	9 800 000,00	4 900 000,00	-4 900 000,00	-50%
C.5.3 – Aconselhamento	10 115 000,00	7 100 000,01	-3 014 999,99	-30%
C.5.4 – Conhecimento Agroambiental e Climático	500 000,00	250 000,00	-250 000,00	-50%
C.5.5 – Acompanhamento Técnico Especializado – Intercâmbio de conhecimento	13 980 000,00	10 068 000,00	-3 912 000,00	-28%

FIGURA 4 Eixo D – Quadro recapitulativo financeiro

	Previsão da Despesa Pública (após 2.ª Reprogramação) – Euros	Previsão da Despesa Pública (após a proposta da 3.ª Reprogramação) – Euros	Varição em valor (€)	Varição (%)
Eixo D – ABORDAGEM TERRITORIAL INTEGRADA	334 261 222,89	388 261 222,89	54 000 000,00	16%
D.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA	149 999 850,00	149 999 850,00	0,00	0%
D.2 PROGRAMAS DE AÇÃO EM ÁREAS SENSÍVEIS	84 261 372,93	84 261 372,93	0,00	0%
D.2.1 – Planos Zonais Agroambientais	36 347 885,10	36 347 885,10	0,00	0%
D.2.2 – Gestão do Montado por Resultados	4 884 060,63	4 884 060,63	0,00	0%
D.2.3 – Gestão Integrada em Zonas Críticas	14 412 488,20	14 412 488,20	0,00	0%
D.2.4 – Proteção de espécies com estatuto em superfície agrícola	26 100 000,00	26 100 000,00	0,00	0%
D.2.5 – Proteção de espécies com Estatuto e Silvo-ambientais	2 516 939,00	2 516 939,00	0,00	0%
D.3 REGADIOS COLECTIVOS SUSTENTÁVEIS	99 999 999,96	153 999 999,96	54 000 000,00	54%
D.3.1 – Desenvolvimento do regadio sustentável	36 000 000,00	90 000 000,00	54 000 000,00	150%
D.3.2 – Melhoria da sustentabilidade dos regadios existentes	63 999 999,96	63 999 999,96	0,00	0%

Conhecidas as opções e também os impactos financeiros naquele vasto número de intervenções, recaem sobre as decisões inúmeras dúvidas. – Será que aquelas são as melhores opções para a redução do défice da balança comercial dos Produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas) que atingiu, em 2023, 5.512,7 milhões de euros, mais 315,1 milhões de euros face a 2022? – Será que assim vamos conseguir melhorar o grau de autoaprovisionamento e reduzir a pegada de carbono, em termos

do suprimento das necessidades de carne, ou de cereais, em que o grau de autoaprovisionamento é, respetivamente, de 75% e 18%? – Será que é este o caminho que vai conduzir à modernização e aumento de competitividade da agricultura nacional? – Será que é assim que vamos mitigar o abandono da floresta, os incêndios rurais, a desertificação do Mundo Rural e promover a coesão territorial? Certa ou errada, a proposta lá irá seguir o seu caminho... dado a reprogramação

ter tido um parecer “favorável”, ainda que, contra a vontade e desejo da maioria das organizações agrícolas e florestais presentes no Comité de Acompanhamento do PEPAC 2023-2027, ou seja, dos destinatários da reprogramação... Em conclusão, Portugal irá submeter à Comissão Europeia uma reprogramação que apenas “agrada” à Administração, dado nenhuma organização se ter manifestado favorável à mesma. Devia dar que pensar... ●

PROJETO I-RESTART — PARCEIROS ENCONTRAM-SE NA UNIVERSIDADE DE MÚRCIA PARA COORDENAR AS AÇÕES A DESENVOLVER

TEXTO

MATILDE CUNHA; CÁTIA ROSAS;
DOMINGOS GODINHO

i CONFAGRI

Foi nos dias 22 e 23 de setembro que a Universidade de Múrcia recebeu a 2.ª. Reunião do projeto europeu I-RESTART que visa não só requalificar mas também melhorar as competências dos operadores dos sectores agroalimentar, da produção animal e veterinária.

Considerando orientações do Pacto para as Competências (a iniciativa da Comissão Europeia para as competências), bem como os resultados obtidos no projeto FIELDS, o projeto I-Restart surge com o intuito de facilitar a transferência de habilitações intersectoriais e intergeracionais e de preparar os operadores para um futuro próximo moldado, em boa medida, pelas novas diretivas de sustentabilidade delineadas pela União Europeia.

Como tal, a abordagem adotada pressupõe o emprego de uma metodologia inovadora de micro-credenciais que proporcionará padrões inclusivos, flexíveis e envolventes tanto para estudantes, como para trabalhadores já inseridos dentro, e fora, do agroalimentar, colmatando o fosso de habilitações entre gerações e sectores.

A CONFAGRI, sendo a única entidade portuguesa entre os 27 parceiros de 11 países, contribuiu para o sucesso deste importante encontro, ao garantir que a estratégia de comunicação e disseminação do projeto é executada pelos parceiros, nos seus países e na Europa, para conseguir fazer chegar os resultados aos públicos-alvo que se pretendem atingir.

Tendo a agenda sido cumprida, é seguro afirmar que para chegar mais longe não basta ser disruptivo e determinado: é necessário trabalhar em equipa e privilegiar o diálogo e debate com todos os parceiros em ambiente de trabalho presencial. Só assim se conseguem tomar decisões partilhadas sobre como proceder e desenvolver novas linhas de ação. ●



1. FOTO DE GRUPO DOS PARCEIROS DO PROJETO I-RESTART



2. REUNIÃO DO PROJETO I-RESTART

O PROJETO EM NÚMEROS

- 8 PAÍSES acolherão a formação piloto (Entre os quais Portugal)
- 10 PERFIS PROFISSIONAIS serão compatíveis com os currículos criados
- 16 FORMADORES estarão encarregues de lecionar as formações
- 32 ORIENTADORES vão ser envolvidos no modelo de aprendizagem empresarial avançada
- 40 ESTUDANTES concluirão o modelo de aprendizagem em contexto de trabalho
- 120 FORMANDOS beneficiarão dos conteúdos educativos
- 3200 HORAS constituirão a formação total
- 3600 HORAS de aprendizagem em contexto de trabalho serão levadas a cabo

CAMB

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE MOURA E BARRANCOS

TEXTO

PAULO MARQUES

CONFAGRI



1. SEDE DA COOPERATIVA EM MOURA

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

CAMB — Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos

[CONTACTOS]

Rua das Forças Armadas, 9
7860-034 Moura
Telefone: +351 285 250 720
Email: geral@azeitemoura.pt

A Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos foi fundada em 1954 e completa este ano o seu 70º aniversário, constituindo-se desde a sua fundação como um marco na agricultura da região. Com sede em Moura, onde se localiza o seu lagar, a Cooperativa possui igualmente postos de receção em Barrancos, Amareleja, Póvoa de São Miguel e Sobral da Adiça. A sua

evolução começou com um pequeno lagar, expandindo-se, ao longo do tempo, para uma capacidade de moenda diária de 1.800 toneladas de azeitona. Esta expansão deveu-se a investimentos constantes para acompanhar o aumento da produção dos associados e garantir a qualidade de excelência dos azeites produzidos. Atualmente, com 4.000 sócios, dos quais 1.300 são olivicultores, e uma área de 20.000 hectares de olival, é a maior Cooperativa de olivicultores do país e detém a mais antiga Denominação de Origem Protegida (DOP) "Moura". A agricultura na região é dominada pelo olival tradicional de sequeiro e pela pecuária extensiva, com a Cooperativa a desempenhar um papel crucial na sustentabilidade económica e social local, onde quase todas as famílias têm uma ligação direta ou indireta ao sector, evidenciando a importância da Cooperativa na manutenção de uma economia circular. Além da secção principal de olivicultura, responsável pela transformação das azeitonas em azeite e pela sua comercialização, a cooperativa diversifica as suas atividades através de outras secções. A secção de cereais, embora com produção mais reduzida devido à pouca atratividade do cultivo de cereais

de sequeiro, recebe as colheitas dos associados, sendo a grande maioria para a alimentação do efetivo pecuário. A secção de fatores de produção oferece uma gama completa de produtos necessários para as atividades agrícolas e pecuárias, desde farinhas para o gado a produtos fitofarmacêuticos para os olivais. O agrupamento de defesa sanitária da Cooperativa apoia a pecuária local, focando-se no bem-estar e saúde animal, coordenando ações de saneamento dos rebanhos e cuidando de aspetos administrativos como a emissão de passaportes animais. O departamento técnico da Cooperativa é vital para a modernização e apoio técnico aos agricultores. Este departamento auxilia na elaboração de candidaturas ao PEPAC, no apoio técnico, monitoriza pragas e doenças nos olivais e controla a maturação das azeitonas durante a campanha. Adicionalmente, a Cooperativa tem a funcionar uma sala de parcelário e atua como Entidade Gestora do Azeite Moura DOP. A Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, ao aliar tradição e inovação, continua a ser um pilar económico, social e ambiental essencial para a agricultura regional e para a preservação do património agrícola português.



2. JOSÉ DUARTE, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração

A Cooperativa celebra este ano o seu 70º aniversário. Que momentos considera mais marcantes na história da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos?

Ao longo dos 70 anos de existência da Cooperativa tivemos vários momentos marcantes, claramente o da fundação foi sem dúvida o mais importante, mas ao longo destes anos houve desafios que marcaram a história da nossa Cooperativa. A mudança para as atuais instalações na década de 80 do século passado, onde se fez um esforço financeiro brutal, foi talvez o momento mais delicado na história da Cooperativa, mas graças aos associados da altura que capitalizaram a Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos conseguiu-se ultrapassar e criar bases sólidas para as décadas seguintes.



3. PROCESSO DE APANHADA DA AZEITONA NOS OLIVAIOS DOS ASSOCIADOS

A aposta nos embalados por parte das direções/gerências foi muito importante para primeiro criar uma marca forte, identitária da nossa região, mas também para criar valor adicional aos sócios.

A criação da Denominação de Origem Protegida Moura DOP, onde somos a mais antiga e maior DOP de Portugal e a única que o nome da própria cidade dá nome à DOP.

Destaco ainda o crescimento que foi feito nas atuais instalações, onde desde 2010 fizeram-se investimentos na ordem dos 18 milhões de euros, para dotarmos a Cooperativa de equipamentos e infraestruturas que permitam ter capacidade de resposta às produções dos nossos associados.

Qual tem sido o impacto até aos dias de hoje da Cooperativa na economia local, no desenvolvimento agrícola e na vida dos agricultores de Moura e Barrancos?

A Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos tem sido, ao longo dos anos, o garante da sustentabilidade económica, social e ambiental na região.

A nível económico, garante o rendimento dos 1.300 olivicultores, mas também dos seus trabalhadores. A circularização da Cooperativa tem desde prestadores de serviços agrícolas, vendedores de equipamentos e de fatores de produção. Outro aspeto interessante é que praticamente todas as famílias na área de abrangência da Cooperativa tem algum membro que trabalha direta ou indiretamente para a olivicultura.

A Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos tem também a obrigação de defender os interesses dos seus associados, e atualmente, os nossos agricultores tem dois grandes problemas estruturantes que tornam impossível a sua modernização: A Rede Natura 2000, onde existem graves limitações e até proibições à prática de uma agricultura moderna, eficiente e que torne possível a fixação de jovens à Terra. Não nos podemos esquecer que estas proibições são em propriedade privada e as compensações do segundo pilar são completamente irrisórias.

O outro grande problema tem a ver com a água, e apesar de estarmos ao lado do grande lago do Alqueva e dos nossos agricultores terem sido expropriados para que se construísse e enchesse esta grande obra, a realidade é que não temos regadio. Está previsto a construção do bloco de rega de Moura e posteriormente de

PORTUGAL CONTINENTAL



SAIBA MAIS SOBRE A CAMB – COOPERATIVA AGRÍCOLA DE MOURA E BARRANCOS



Póvoa-Amareleja, que inicialmente tinha a área de 10.000 hectares e o fim da construção iria ocorrer em 2021.

E a realidade é que estamos em 2024, e o que sabemos é que no máximo vamos ter 7.500 hectares de regadio e de momento só há verba para arrancar com 1.200 hectares. Esta situação devia fazer corar não só os políticos locais, pela inércia e falta de visão estratégica para o concelho ter uma agricultura competitiva e criadora de valor acrescentado, mas principalmente os políticos nacionais, que andaram a prometer e a assumir compromissos e que, ao não honrarem a palavra dada, estão completamente descredibilizados perante os nossos agricultores.

No âmbito da celebração do 70º aniversário que iniciativas a Cooperativa tem levado a cabo?

Para além das nossas atividades normais, como por exemplo a visita de *influencers*

e jornalistas à Cooperativa durante a campanha de azeitona que se avizinha, temos também durante a campanha de azeitona uma semana aberta às escolas do concelho, e é espetacular ver a interação e o entusiasmo das crianças quando estão na Cooperativa.

Para celebrar os 70 anos, decidimos ter atividades específicas, sendo o dia 27 de setembro bastante especial para nós. Durante o dia vamos organizar um colóquio e de noite iremos ter um jantar onde vamos homenagear diretores que passaram na Cooperativa, bem como antigos funcionários e atuais.



4. ENTREGA DA AZEITONA NA COOPERATIVA

Semanalmente temos uma rúbrica “70 anos, 70 factos, 70 histórias”, numa parceria com a Rádio Planície que está muito bem conseguida, onde, durante 70 semanas apresentamos diversos temas que marcaram o ano em questão, desde o ano da fundação da nossa Cooperativa até 2024.

Em junho realizámos também um *Workshop* no Time Out – Mercado da Ribeira, em Lisboa, com *influencers* e media, que efetivamente são os nossos embaixadores, e que estão constantemente a promover a nossa Cooperativa nas redes sociais.

A Cooperativa tem realizado diversos investimentos ao nível da modernização das infraestruturas e tem como prioridade a aposta em novas tecnologias e inovação agrícola. Pode-nos falar um pouco de alguns desses investimentos e do seu impacto ao nível da produção da Cooperativa, da qualidade dos seus produtos e da sua competitividade?

Ao longo dos últimos 15 anos assistimos a inúmeras transformações na nossa Cooperativa. Foram feitos vários investimentos que permitiram à Cooperativa

augmentar a sua capacidade de recepção e moenda de azeitona, bem como o armazenamento de azeite.

Melhorámos e aumentámos também a nossa capacidade de embalamento.

Todos estes investimentos fazem com que a Cooperativa hoje, produza mais de 98% dos seus azeites com qualidade superior, Virgem ou Virgem Extra, e principalmente, que tenha capacidade de resposta à entrega de azeitona dos seus associados, permitindo que em muito pouco tempo se consiga receber, armazenar e moer a azeitona, aproveitando ao máximo as suas qualidades organolépticas para que se extraíam excelentes azeites. Não alheio a esse facto, é a inúmera quantidade de prémios nacionais e internacionais atribuídos aos azeites da Cooperativa.

A sustentabilidade, gestão dos recursos hídricos e as alterações climáticas são temas centrais na agricultura moderna. De que forma a Cooperativa tem atuado nestas áreas? Que investimentos públicos seriam importantes em seu entender?

Em relação à sustentabilidade, obviamente que o olival é uma cultura sustentável, quer economicamente, social, mas também ambientalmente.

Atualmente, o olival de regadio tem ao seu dispor um conjunto de tecnologias que permite, com redução de inputs, manter as mesmas produções, e essa sustentabilidade ambiental deve-se muito ao recurso a tecnologias que os olivicultores dispõem no olival, desde sondas de humidade até às fotografias por satélite, onde verificamos o estado vegetativo da planta. Seria muito importante que a nível ambiental houvesse também um reconhecimento do olival como um sumidouro de carbono, e, como tal, existissem compensações através do banco de carbono.

Os recursos hídricos são hoje o tema principal da agricultura e a região de Moura precisa de infraestruturas de regadio, nomeadamente a construção dos blocos de rega de Moura e Póvoa Amareleja. Mas será também importante definirmos uma estratégia nacional da água, onde seja possível aumentar a capacidade de água para a agricultura através da construção de barragens, mas principalmente de uma rede nacional da água que traga água de zonas mais chuvosas, do Norte do país, onde se perde muita água para o oceano, para o Sul, onde faz falta e é essencial

para que não tenhamos desertificação. As alterações climáticas também se minimizam com água e está claramente interligada à preocupação dos recursos hídricos.

Que apreciação faz do PEPAC de uma maneira geral e quais as perspetivas relativamente ao mesmo no que respeita à Região, à Cooperativa e aos seus Associados?

A apreciação é claramente negativa do ponto de vista da rentabilidade do agricultor. É um quadro comunitário que penaliza o agricultor de sequeiro, principalmente o da pecuária extensiva, que é o maior prejudicado no novo PEPAC, os olivicultores do olival tradicional de sequeiro, que viram diminuir bastante o valor das ajudas e também os agricultores que estão dentro da Rede Natura 2000, que não viram, mais uma vez, salvaguardadas as compensações financeiras pelo serviço ambiental que estão a prestar não só a Portugal, mas também à União Europeia. Se não houver revisão das ajudas no próximo PEPAC vamos ter abandonos de atividade, pois torna-se muito pouco atrativo manter uma exploração em sequeiro. E isto não é demagogia é o que vai efetivamente acontecer daqui a meia dúzia de anos se nada for alterado, com claros prejuízos económicos, mas principalmente ambientais para o país, pois se ninguém cuidar da terra nestes territórios vamos ter mais incêndios.

Dada a importância que o sector agroalimentar assume em termos de economia, é essencial assumi-lo como um desígnio nacional por excelência na definição da estratégia de desenvolvimento do País?

Concordo plenamente, mas não basta dizer que a agricultura tem que ser um desígnio nacional e que a encaremos como um sector de atividade estratégico para a nossa soberania alimentar. Há que criar estratégias e condições para que isso se concretize. E o que se tem passado nos últimos anos não vai nada nesse sentido. E a responsabilidade clara é dos nossos governantes senão vejamos:

No PRR, a agricultura foi totalmente posta de lado nas medidas de apoio ao investimento. Todo o ruído à volta da passagem das Direções Regionais de Agricultura para as CCDR e agora a não reversão conforme as promessas feitas pelo Primeiro-Ministro. O desmembramento do Ministério da Agricultura feito pelos anteriores governos

do PS, nomeadamente a passagem das Florestas para o Ministério do Ambiente, que felizmente este governo reverteu.

Este enfraquecimento do Ministério faz com que o mesmo não tenha peso político num Conselho de Ministros, ainda mais com a agravante de recentemente termos uma Ministra que estava de costas voltadas para os agricultores e totalmente descredibilizada.

Por outro lado, temos hoje em Portugal uma comunicação social que não é amiga da agricultura, que prefere publicar artigos que ataquem o sector, mesmo, que os mesmos, não tenham qualquer fundamentação científica. E isso não valoriza em nada o sector.

Outro problema tem a ver com os lobbies ambientais e dou dois exemplos, um exemplo incrível é a proibição de carne de vaca nas cantinas da Universidade de Coimbra, o Governo tinha que agir imediatamente e infelizmente nada fez.

O outro teve a ver com a discriminação negativa que, em 2018, o Dr. Capoulas, enquanto Ministro da Agricultura fez ao olival na área de abrangência do EFMA, onde excluiu o mesmo de pedidos de apoio ao PDR 2020.

Por tudo isto, e para que tenhamos a agricultura como um desígnio nacional temos que parar para pensar, ter uma estratégia nacional e assumir um caminho conjunto para atingirmos esse objetivo e que se consiga reduzir o défice da balança comercial, porque o que estamos a falar é da nossa soberania alimentar.

Da mesma forma, igualmente essencial é o reconhecimento das Cooperativas como estratégicas para o desenvolvimento do sector agroalimentar, bem como a necessária renovação geracional do Sector? O que deveria ser feito de modo a promover estes dois fatores essenciais?

As Cooperativas são estratégicas para os agricultores, primeiro porque estamos num mercado cada vez mais global e concorrencial e aí as Cooperativas permitem aos seus associados ganhar escala e conseguirem escoar as suas produções e obviamente ter capacidade de negociação, não só na venda dos seus produtos, mas também na negociação com os fornecedores.

Por outro lado, as Cooperativas prestam um conjunto de serviços aos seus associados que outras empresas não fazem porque não são rentáveis.



5. PROCESSO DE PRODUÇÃO DO AZEITE

As Cooperativas são também o garante da coesão territorial, através do impacto económico, mas também social e ambiental, e esta trilogia tem que estar sempre de mãos dadas.

Para criarmos condições para a fixação dos jovens e termos um sector renovado é imperativo tornar a agricultura atrativa, ninguém se quer fixar na agricultura se não tiver rendimento, mas também menos burocracia, temos que ser competitivos, ter acesso às inovações tecnológicas e com menos ruído à volta do sector. Mas também devem existir outras valências que permitam esta fixação de jovens, como o acesso à saúde e educação, bem como boas redes viárias. É necessário aprovar igualmente projetos de instalação de jovens agricultores onde, obviamente, por serem sócios das Cooperativas obtenham majorações importantes.



6. PRODUTO FINAL — ALGUNS DOS AZEITES DA COOPERATIVA COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DE TODOS OS CONSUMIDORES.

Quais são as principais prioridades e objetivos da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos para garantir o sucesso nos próximos anos?

Na Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos temos a noção que existem decisões que podem afetar a atividade dos nossos agricultores nos próximos anos, nomeadamente:

A reformulação da Rede Natura 2000, há que criar um Plano de Gestão equilibrado que tenha sempre por base dois princípios fundamentais, o da sustentabilidade económica e ambiental, e o que temos atualmente em vigor, e o que o ICNF propôs, é de um radicalismo ambiental que claramente esquece as pessoas em prol dos animais e isso nós não aceitamos.

Outra prioridade é sem dúvida o acesso à água, a construção dos blocos de rega de Moura e de Póvoa-Amareleja, são essenciais para atividade económica na nossa região, só com acesso à água é que podemos minimizar os impactos das alterações climáticas e conseguir fixar os jovens à região, e não nos podemos esquecer que estamos num território de baixa densidade populacional.

Por outro lado, se tivermos acesso à água vamos com certeza aumentar as nossas produções no campo e a Cooperativa tem prevista a construção de um novo lagar, moderno, eficiente, onde irá receber as produções dos seus associados sem sobressaltos, assegurando a qualidade e a excelência dos nossos azeites.

Se conseguirmos resolver estes dois problemas estruturais para a nossa agricultura, vamos contribuir para a melhoria do rendimento dos nossos associados que é sempre a prioridade e objetivo da nossa Cooperativa, pois não compramos azeitona, nem azeite a terceiros. E, como tal, é essencial mantermos os nossos olivicultores competitivos.

Para concluir, que mensagem gostaria de deixar aos associados, colaboradores e à comunidade local, especialmente neste momento em que se celebram 70 anos de história?

Uma mensagem de agradecimento e uma homenagem aos colaboradores, olivicultores e diretores/administradores que ao longo destes 70 anos ajudaram a nossa Cooperativa a crescer e a ser uma referência da olivicultura nacional, a ser respeitada pelos compromissos assumidos juntos dos nossos *stakeholders* e obviamente que nós temos uma responsabilidade acrescida de honrar o passado, olhar para o presente com entusiasmo e planificar um futuro promissor para a nossa Cooperativa. ●

O SECTOR DO VINHO ESTÁ EM CRISE!

TEXTO

ANTÓNIO MENDES

i PRESIDENTE DA FENADEGAS



Portugal, sendo um país deficitário na produção de vinho para as suas necessidades (consumo e exportação) aliado a uma diminuição do consumo clara e previsível, o problema do excesso não deveria estar na ordem do dia, o que nos leva a questionar como chegámos aqui e o porquê desta crise que o sector atravessa.

O sector da Vinha e do Vinho em Portugal alcançou nos últimos anos um crescimento e notoriedade únicos no panorama agrícola nacional. Entre os diversos fatores que contribuíram para isso, destacaria os seguintes:

- ▶ Produção mais ou menos estável;
- ▶ Investimentos elevados a nível das vinhas, financiados essencialmente por programas comunitários, e que levaram a um aumento de produção de vinhos de qualidade;

- ▶ Aumento das exportações em volume e valor, sinal que os vinhos portugueses começaram a atingir um reconhecimento internacional fruto do empenho de todo o sector e de investimentos significativos (comunitários, nacionais e dos operadores);
- ▶ A nível europeu, o facto da Vinha e do Vinho terem uma Organização Comum de Mercado própria e com um orçamento individualizado, onde cada Estado-Membro define o Plano Nacional de Apoio ao Sector Vitiviní-

cola que lhe é mais favorável, e que no caso de Portugal está inserido no PEPAC 2024-2027 (com um envelope financeiro de 250 milhões de euros);

- ▶ A organização e dinâmica do próprio sector que muito têm contribuído para este sucesso, nomeadamente a ViniPortugal, que tem como objetivo promover a imagem dos vinhos portugueses nos diversos mercados internacionais e tem-se revelado um instrumento muito importante para a promoção da imagem conjunta com a

Gama Full-line

Marca Wines of Portugal (uma marca coletiva e instrumento de comunicação dos vinhos portugueses pelo mundo);

- As 14 Comissões Vitivinícolas Regionais (12 no continente e 2 nas regiões autónomas) responsáveis pela certificação e controlo dos produtos vitivinícolas com Indicação Geográfica IG ou IGP, e Denominação de Origem Protegida DOC ou DOP que, com a sua profissionalização e atividade, muito têm contribuído para o aumento de qualidade dos vinhos produzidos em Portugal.
- E sobretudo os viticultores e produtores, onde destacamos as Adegas Cooperativas. Sem eles, o seu investimento e risco, não teria sido possível modernizar e construir um sector com sucesso.

E de repente, o sector do vinho está em crise!

Muito fruto da conjuntura mundial, o consumo global de vinho tem vindo a cair e embora a produção mundial tenha acompanhado essa tendência, existem ainda assim *stocks* acumulados consideráveis.

A União Europeia, consciente desta situação, autorizou duas destilações de crise para todos os Estados-Membro (2022 e 2023) e este ano para Portugal, o que prova que alguma coisa não está a correr bem.

Portugal não contribui para esse excesso, uma vez que a sua produção é deficitária!

Sabemos que a diminuição do consumo de vinho deriva de uma combinação de vários fatores, que podem ser demográficos, culturais e também económicos.

Parte dos países emergentes que estão a criar riqueza, a nível mundial, não tem cultura de consumo de vinho, ao invés de países que não geram riqueza e que têm grandes hábitos de consumo de vinho.



As alterações climáticas têm provocado um aumento geral da temperatura causando naturalmente a substituição do consumo de vinho por bebidas menos alcoólicas ou mesmo sem álcool. As novas gerações tendem a experienciar uma enorme variedade de bebidas, não se fidelizam em nenhuma e habitualmente não têm tradição de consumo de vinho. Para além disto, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e mesmo o nosso SNS (Serviço Nacional de Saúde) são naturalmente indutores da diminuição de consumo de vinho, lançando frequentemente campanhas injustificadas sobre os efeitos do álcool na saúde e influenciando negativamente os consumidores moderados de vinho.





O crescente e galopante aumento do custo de vida, causado essencialmente pelo aumento das taxas de juro e da inflação (em vários produtos inventada pela COVID), diminuem o poder de compras dos consumidores, que obviamente deixam de consumir os bens não essenciais como é o vinho. Portugal, segundo dados do OIV (Organização Internacional da Vinha e do Vinho), em 2023 registou um decréscimo de consumo a rondar os 10%, passando de um consumo de 6,1M hl para 5,5 M hl. A diminuição do consumo de vinho é clara e previsível, portanto o nosso país não deveria ter excesso de vinho, mas sim ser um País deficitário.

Se não vejamos o exemplo do ano 2023. Se considerarmos 5,5 Mhl que consumimos no mercado interno acrescido de 3,2 Mhl exportados, totaliza uma necessidade de 8,7 Mhl. Se produzimos cerca de 7,5 Mhl, Portugal é um país deficitário na produção de vinho em 1,2 Mhl.

Então o que originou este excesso de vinho, que causou a enorme pressão no mercado, especialmente na produção e arrastou o sector vitivinícola para esta crise sem precedentes?

Analisando os dados disponíveis (nomeadamente OIV 2023), é importante destacar que Portugal no ano de 2023 importou 3 Mhl de vinho (quase 1 milhão de litros/dia, sendo 75% de vinho a granel). Seria

suficiente importar apenas 1,2 Mhl de vinho para responder às necessidades de mercado (8,7 Mhl), o que gerou um excedente de stock de 1,8 Mhl (situação idêntica no ano de 2022).

Concluindo, Portugal é deficitário na produção de uvas para vinho e por isso deve continuar a produzir até atingir a autossuficiência.

Na produção assistimos a um aumento dos custos dos fatores de produção e mão-de-obra que deveria ser refletido no preço das uvas a pagar aos viticultores, mas infelizmente, fruto da situação atual, temos o preço das uvas a baixar tornando o sector insustentável, não esquecendo todos aqueles pequenos produtores que não conseguiram vender a sua produção este ano.

No mercado, assistimos a uma crescente venda de vinho espanhol camuflado pela designação de vinho da UE. Na maioria dos restaurantes que vendem vinho a “jarro” como vinho da casa, naturalmente associado à região onde o mesmo está implantado, é vinho da UE. Quando refiro vinho da UE, é um lote de vinho que pode ter mistura de vários países, mas que basicamente é espanhol com uma percentagem mínima de vinho português. Isto é transversal também aos vinhos vendidos em outro tipo de mercados, inclusive na exportação.

Importar e embalar vinhos em Portugal é legal e “coberto” pela legislação aplicada à rotulagem, que permite esta designação, informando erradamente os consumidores sobre a verdadeira origem do vinho.

Os consumidores não podem ser iludidos quanto à origem do vinho, pensando por vezes ser um vinho português de determinada região, quando muitas vezes não o é. Para concluir, para a FENADEGAS, a resolução da crise terá de assentar em 3 pilares:

- Informação clara e precisa ao consumidor sobre a origem do vinho;
- Controlo e fiscalização no trânsito de vinhos e das Declarações de Colheita e Produção (DCP’s);
- **E mais importante:**
Implementação de uma cultura de defesa e consumo moderado do vinho nacional, defendendo as nossas denominações de origem e discriminando positivamente nos apoios estatais os produtores que trabalham vinho 100% Português.

Façamos votos que esta crise passe rapidamente e que o sector continue a ter o crescimento e notoriedade até agora reconhecidos. A bem do país, das regiões, dos viticultores. ●

AGROSEMANA 2024: BALANÇO E REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DA AGRICULTURA PORTUGUESA

TEXTO

PAULO MARQUES

CONFAGRI

A 10ª edição da AgroSemana confirmou o certame como um evento de referência no calendário agrícola nacional. De 29 de agosto a 1 de setembro, cerca de 85 mil visitantes marcaram presença no Espaço Agros, na Póvoa de Varzim, para experienciar a vitalidade do sector agroalimentar português. A Feira, organizada pela AGROS, foi um palco de partilha e promoção do que de melhor se produz no mundo rural. O certame contou com a presença de expositores de várias zonas do país que reforçaram a importância deste sector na dinamização económica do território e na sua coesão. A CONFAGRI participou ativamente neste certame, estando presente com um stand próprio na zona institucional.

Ao longo de toda a AgroSemana foi promovida a degustação e oferta de lácteos, partilhando com os visitantes da Feira produtos de qualidade ímpar, essenciais para uma dieta saudável e equilibrada, como prova a Roda dos Alimentos e a Dieta Mediterrânica.

Foram várias as atividades desenvolvidas que contribuíram para a partilha de conhecimento da atividade agrícola, com destaque para as Agrovisitas às quintas de Produtores da AGROS, assim como as sessões técnicas apresentadas.

Nesta 10ª edição, a AgroSemana contribuiu igualmente para aproximar o público urbano ao que de melhor se produz no mundo rural, quebrando com conceitos distorcidos e desconhecidos da realidade. A Feira não foi apenas uma celebração do sector, mas também um espaço de debate e reflexão sobre os desafios e oportunidades que se colocam à agricultura portuguesa. A sessão inaugural da AgroSemana contou com discursos impactantes de figuras de destaque, nomeadamente Idalino Leão, presidente da AGROS e da CONFAGRI, Manuel Castro Almeida, Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, e José Manuel Fernandes, Ministro da Agricultura e Pesca. Estas intervenções ofereceram uma visão



1. SESSÃO INAUGURAL DA AGROSEMANA

abrangente das preocupações e dos objetivos estratégicos do sector, desde a necessidade de estabilidade, previsibilidade e rentabilidade, a necessidade de investimento no sector agroalimentar, até ao papel fundamental da agricultura na coesão territorial.

Presidente da AGROS e da CONFAGRI: Estabilidade, Previsibilidade e Rentabilidade

Na sessão inaugural da AgroSemana, Idalino Leão, presidente da AGROS e da CONFAGRI, começou por salientar a importância de três pilares para o sector agroalimentar: estabilidade, previsibilidade e rentabilidade, referindo que todos os agentes do sector e quem o tutela devem trabalhar nesse sentido. Destacou que o futuro da agricultura depende de um esforço conjunto entre os Agricultores, Cooperativas e o Governo, e frisou a necessidade de uma articulação interministerial. Segundo Idalino Leão, "é preciso que exista uma ligação interministerial, por exemplo, com a educação, para acabar

de uma vez por todas com a figura quase criminosa que querem fazer do agricultor nos manuais escolares". Essa crítica refletiu uma preocupação crescente no sector sobre a forma como a agricultura é percebida e ensinada. O responsável



2. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AGROS E DA CONFAGRI — IDALINO LEÃO

também ressaltou a necessidade de uma maior articulação com o Ministério do Ambiente, argumentando que o ambiente não deve ser um obstáculo à agricultura, mas sim um aliado, bem como com o Ministério da saúde, apontando que a Roda dos Alimentos é património da UNESCO e, uma maior articulação também com a Coesão, pois "a agricultura também é coesão, também é gastronomia, também é turismo, também é património, e é isso que temos que acautelar". A este propósito, Idalino Leão, lembrou uma "missão antiga e necessária de criar uma medida específica para a capacitação institucional das Cooperativas", lembrando que as Cooperativas agrícolas desempenham um papel fundamental em muitas regiões do país, onde já não existem serviços públicos, como saúde e educação. "As Cooperativas continuam lá, a fixar população ao território e a criar riqueza", afirmou, ressaltando a sua importância na soberania alimentar e no equilíbrio da balança comercial do país.

Idalino Leão também abordou questões específicas relacionadas às verbas disponíveis no próximo orçamento de Estado que permitam uma maior capacitação e ação do Ministério da Agricultura e Pesca, realçando a necessidade de não reduzir o montante do investimento previsto. Para Idalino Leão, a falta de investimento é uma ameaça direta ao futuro da agricultura. "Abandonar este investimento é abdicar do futuro," afirmou, sublinhando ainda a importância de acautelar os custos fixos associados à energia, a renovação geracional, e a necessidade de burocracia reduzida nos processos de fiscalização e implementação de medidas do PEPAC. O Presidente da AGROS e da CONFAGRI descreveu a situação atual como "um inferno" para os técnicos das Cooperativas e "um desânimo" para os agricultores, apelando para que o processo seja menos burocrático e mais centrado em resultados práticos. Referindo-se à Lei do Restauro da Natureza, Idalino Leão lamentou que esta lei tenha sido aprovada com o voto favorável do Estado português e apelou para que as organizações agrícolas sejam envolvidas na sua implementação, de forma a garantir que os agricultores não sejam prejudicados e não venham a pagar esta lei, "para isso existe o Fundo Ambiental, que também devia estar ao serviço dos agricultores," acrescentou.

Para concluir, Idalino Leão sublinhou a necessidade de enfrentar "radicalismos verdes" que, segundo ele, colocam em risco práticas agrícolas sustentáveis e a liberdade de escolha dos consumidores. "Contamos consigo. Conte connosco," disse, apelando ao apoio do Ministro da Agricultura e reafirmando o compromisso dos agricultores em continuar a trabalhar arduamente, mas destacando que, para isso, precisam de estabilidade, previsibilidade e rentabilidade.

Ministro Adjunto e da Coesão Territorial: O Papel dos Fundos da Coesão na Agricultura

Manuel Castro Almeida, enfatizou a mensagem de que a "agricultura está no centro das políticas públicas deste Governo". Reconhecendo a necessidade de um trabalho coordenado entre os vários Ministérios, ele destacou que a agricultura é "muito mais do que o Ministro da Agricultura" e que a colaboração entre as várias áreas de governação, apontando como exemplo os Ministérios da Educação, Ambiente, Trabalho



3. INTERVENÇÃO DO MINISTRO ADJUNTO E DA COESÃO TERRITORIAL, MANUEL CASTRO ALMEIDA

e Segurança Social, é crucial para o desenvolvimento do sector.

Uma das propostas apresentadas pelo Ministro foi a de aproximar os fundos da política de coesão ao sector agrícola. Ele reconheceu que "não há desenvolvimento regional, não há coesão territorial sem uma agricultura forte" e criticou a separação excessiva entre os fundos do PEPAC e os fundos da coesão. Castro

Almeida adiantou que o Governo está a preparar uma alteração ao Portugal 2030, para alterar a delimitação dos valores de investimento entre os fundos do PEPAC e os fundos da política de coesão e permitir assim um maior financiamento de investimentos no sector agrícola. "Vamos colocar os fundos da coesão ao serviço da agricultura," afirmou, sublinhando que esta mudança é essencial para garantir um desenvolvimento equilibrado do território. O Ministro também falou sobre a criação de um programa específico de apoio à capacitação institucional das organizações de agricultores, como as Cooperativas, enfatizando a importância de reforçar a capacidade técnica dos agentes do sector, bem como promover a eficiência energética e a digitalização, elementos essenciais para a competitividade futura. "Há muitas novidades, há muito que aprender e há muito que melhorar na vida dos agricultores," declarou, comprometendo-se a tornar o sector mais atrativo para os jovens através do fortalecimento das escolas profissionais agrícolas. Segundo ele, essas escolas têm sido o "parente pobre" da educação e precisam ser transformadas em um "parente rico," de modo a incentivar a entrada de novas gerações no sector agrícola.

Na conclusão do seu discurso, Castro Almeida assegurou que o governo está empenhado em valorizar o sector agrícola, colocando os fundos da política de coesão também ao serviço do desenvolvimento rural e que o sector pode contar com a previsibilidade da "política de valorização do sector da agricultura". "Este governo não vai desviar-se desse caminho", afirmou, mostrando o compromisso do governo em apoiar a agricultura de maneira contínua e sustentável.

Ministro da Agricultura e Pesca: Agricultura como Pilar Estratégico

José Manuel Fernandes, Ministro da Agricultura e Pesca, fez um discurso enfatizando a importância estratégica da agricultura em Portugal. Destacou a necessidade de mudar a perceção da sociedade sobre o sector, muitas vezes visto como o parente pobre da economia e sublinhando que a agricultura "é também gastronomia, é indústria de transformação, é coesão territorial, são equipamentos, é investigação e inovação, é formação profissional, é cultura, é património". O Ministro apontou a

importância de reconhecer o papel dos agricultores na economia e na coesão territorial, destacando que o sector do leite, por exemplo, gera mais de 640 mil empregos diretos e indiretos, o que



4. INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA AGRICULTURA E PESCA, JOSÉ MANUEL FERNANDES

demonstra a amplitude e o impacto real da agricultura no país. O Ministro da Agricultura destacou os esforços do Governo para aumentar o rendimento dos agricultores através da reprogramação do PEPAC, bem como o reforço dos apoios aos jovens agricultores, cruciais para combater o envelhecimento

"não podemos sobrecarregar o agricultor com papéis e mais papéis". O Ministro destacou que medidas simples, como a implementação de portarias, podem ter um grande impacto, aliviando as obrigações administrativas e facilitando a vida dos agricultores.

José Manuel Fernandes defendeu uma abordagem transversal para o sector agrícola, sublinhando a importância de convocar diferentes fundos europeus, como o COMPETE 2030, o Fundo Social Europeu e os Programas Operacionais Regionais, para apoiar o desenvolvimento rural. O Ministro destacou a necessidade de investimentos em áreas como a agricultura de precisão e a conectividade, que exigem uma forte presença da internet nos territórios rurais e criticou a ausência de apoio à investigação para resultados em áreas críticas como a vinha, a castanha e a Pêra Rocha, afirmando que o Governo irá alterar essa situação. Além disso, o responsável enfatizou que a agricultura deve ser o ponto de partida para todas as outras cadeias de valor, destacando que "não há comércio sem produção, não há distribuição sem produção", argumentando que o produtor não pode ser o elo mais fraco na cadeia de valor, especialmente num cenário onde é fundamental assegurar a segurança alimentar. Falou igualmente sobre a necessidade de reduzir o défice agroalimentar de Portugal, que atualmente

discursão reforçando a necessidade de combater os "radicais verdes" e de promover uma visão equilibrada que garanta a competitividade, a coesão e a sustentabilidade do sector. "Os agricultores não são vilões, eles são os melhores amigos do ambiente," afirmou. O Ministro sublinhou a necessidade de mudar a perceção pública e política sobre a agricultura, afirmando que "os agricultores ganham menos que as outras profissões," e merecem mais reconhecimento e respeito, expressando o compromisso do Governo em continuar a trabalhar para promover a competitividade, a coesão e a sustentabilidade do sector agroalimentar em Portugal.

Conclusão

A AgroSemana proporcionou uma experiência única aos visitantes e contribuiu para quebrar barreiras e desmistificar conceitos, promovendo uma maior compreensão e valorização da agricultura, demonstrando, mais uma vez, a força e a resiliência do sector agroalimentar português. Ao longo dos quatro dias do evento, foi possível observar não só a riqueza e a diversidade da produção nacional, mas também o papel crucial da agricultura na coesão territorial e no desenvolvimento económico do país. A presença massiva de visitantes, muitos deles urbanos, demonstra um crescente interesse e respeito pelo mundo rural. Esse envolvimento é vital para garantir



5. VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO E DO MINISTRO DA AGRICULTURA E PESCA

do sector e garantir a sua sustentabilidade a longo prazo, fomentando a necessária renovação geracional. O responsável abordou ainda a necessidade urgente de desburocratizar os processos relacionados à agricultura, afirmando que



6. ASPETO DO RECINTO DA FEIRA E RESPECTIVOS VISITANTES

excede 3.300 milhões de euros anuais, apontando isso como um sinal claro de que há muito a ser feito para tornar o país mais autossuficiente e estrategicamente independente na produção de alimentos. José Manuel Fernandes concluiu o seu



7. STAND INSTITUCIONAL DA CONFAGRI NA AGROSEMANA

um futuro onde a agricultura seja valorizada, apoiada e vista como um pilar estratégico do país, capaz de responder aos desafios de uma economia global em constante evolução e capaz de fazer crescer Portugal. ●

CONFAGRI NA FATACIL: APOIO À VALORIZAÇÃO DAS RAÇAS ALGARVIAS E PROMOÇÃO DOS PRODUTOS NACIONAIS E REGIONAIS

TEXTO

PAULO MARQUES

CONFAGRI



1. ALGUNS DOS PRESENTES NA CERIMÓNIA DE ENTREGA DE PRÉMIOS

Durante a última edição da FATACIL, Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria de Lagoa, que decorreu de 16 a 25 de agosto, a CONFAGRI participou ativamente em duas importantes iniciativas que destacaram a importância da agricultura e pecuária na região. As ações reforçaram o compromisso da Confederação em apoiar e promover o sector agrícola português, unindo esforços para valorizar as produções locais e nacionais e fazer crescer Portugal.

Cerimónia de Entrega dos Prémios do 8º Concurso Regional da Ovelha Churra e 1º Concurso da Vaca Algarvia
No primeiro evento, a CONFAGRI esteve presente na cerimónia de entrega de prémios do 8º Concurso Regional da Ovelha Churra e do 1º Concurso da Vaca Algarvia, promovida pela ASCAL – Associação de Criadores de Gado do Algarve. Esta iniciativa simbolizou a importância da conservação e valorização das raças autóctones nacionais e refletiu

sobre a dedicação dos produtores e associações em garantir a continuidade das espécies algarvias.

O Secretário-Geral da CONFAGRI, Nuno Serra, participou na cerimónia, entregando um dos prémios, e destacando o compromisso da Confederação com a defesa do vasto património rural do Algarve.

Durante o evento, foi também apresentada a nova Federação da Agricultura

Algarvia, uma entidade que surge para defender e representar os interesses dos agricultores da região. Macário Correia e Afonso Nascimento, responsáveis pela apresentação, agradeceram o apoio da CONFAGRI no processo de formação da Federação, evidenciando o papel da organização em unir e destacar a agricultura nacional em torno da qualidade, tradição e inovação.



2. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA, LUIS ENCARNAÇÃO



3. INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, NUNO SERRA



4. DEGUSTAÇÃO DE VINHOS E PRODUTOS REGIONAIS

Degustação de Vinhos e Produtos Regionais

A segunda iniciativa foi promovida pela CONFAGRI e consistiu numa degustação de espumantes cooperativos, vinhos do Algarve e carne de Churra Algarvia, realizada no stand da CCDR Algarve. Esta ação contou com o apoio do Município de Lagoa, da FENADEGAS, dos Vinhos do Algarve, dos Municípios do Vinho e da ASCAL. O evento foi uma oportunidade para dar a conhecer ao público a qualidade dos produtos cooperativos e da região algarvia.



5. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASCAL, AFONSO NASCIMENTO

Durante a degustação, Nuno Serra, Secretário-Geral da CONFAGRI, sublinhou a excelência dos produtos portugueses e a importância de continuar a promovê-los, tanto a nível nacional quanto internacional, afirmando que “a CONFAGRI continuará a defender e promover intransigentemente a Produção Nacional”, relembrando, no entanto, que é “essencial que existam políticas públicas que façam crescer este sector insubstituível, promovendo os seus produtos e todo o sector agroalimentar”.



6. DEGUSTAÇÃO DE VINHOS E PRODUTOS REGIONAIS

Fortalecer a Agricultura Nacional e Fazer Crescer Portugal

A participação da CONFAGRI na FATA-CIL demonstrou, mais uma vez, o seu compromisso em apoiar os produtores locais e em promover a diversidade e qualidade dos produtos agrícolas nacionais. Através destas iniciativas, a Confederação reforça a importância de uma agricultura sustentável e de proximidade, capaz de valorizar as tradições e promover a inovação para um futuro mais forte para o sector. ●

**PRODUTOS
PERFEITOS
PARA SI!**



GAMA 2024

TRATORES



M4-073, M4-063 ARCO



M4-073, M4-063 CAB



M5091N Power Crawler



M5-112 Low Profile



M5-112, M5-092 ARCO



M5-112N, M5-102N,
M5-092N, M5-082N CAB



M6-142, M6-132, M6-122



M7-173, M7-153, M7-133

TRATORES COMPACTOS



B1-241, B1-181,
B1-161, B1-121



B2-261 HST CAB



LX-351, LX-401
(Arco central ou traseiro)



L2-522, L2-452 CAB

EQUIPAMENTOS



FB1000



XTA24



DSXL-W GEOSPREAD



CU3301

VEÍCULOS UTILITÁRIOS



RTV-X1110TR



RTV-X1110TW

Encontre estes e mais produtos no nosso site:



A NOVA ESTRUTURA DA COMISSÃO EUROPEIA 2024 – 2029 E O FUTURO PAPEL DA AGRICULTURA

TEXTO

ISABEL VAN ZELLER BASTO

i CONFAGRI – BRUXELAS



1. ELEMENTOS DA NOVA COMISSÃO EUROPEIA PARA O PERÍODO 2024-2029

Na sequência das eleições para o Parlamento Europeu realizadas em junho, a Presidente Ursula von der Leyen foi reeleita com 401 votos a favor no Parlamento Europeu, numa votação secreta realizada no dia 18 de julho. Após a reeleição, a Presidente iniciou o processo para a constituição e estruturação da nova Comissão Europeia. A Presidente eleita da Comissão Europeia enviou cartas oficiais aos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membro, convidando-os a apresentar os seus candidatos aos cargos de Comissário Europeu. Tendo selecionado o candidato mais adequado de cada Estado-membro atribuiu-lhes pastas que cobrem áreas do alargamento às parcerias internacionais, aos transportes e à energia e habitação. A nova constituição e formato da Comissão Europeia, com menos níveis hierárquicos, mas mais concentrada na sua figura central, conta com uma Presidente, seis Vice-Presidentes Executivos, incluindo o Alto Representante da União para os

Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e 20 Comissários. O novo Colégio de Comissários tem uma estrutura interligada em que cada um dos Vice-Presidentes Executivos terá uma pasta com responsabilidade partilhada com outros Comissários.

Apesar de alguns contratempos nas nomeações, as Cartas de Missão para cada elemento, bem como as suas biografias, foram publicadas no dia em que a Presidente efetuou a apresentação dos nomes. São várias as pastas objeto de remodelação, tanto no que toca a competências quanto a novos títulos e descrições.

COMISSÁRIOS E PASTAS

A Agricultura, agora combinada com Alimentação, mas sem nenhuma menção ao Desenvolvimento Rural que desapareceu das prioridades desta Comissão, foi atribuída a Christophe Hansen (Luxemburgo). Durante esta legislatura, trabalhará sob a Direção do Vice-Presidente Executivo para a Coesão e Reformas e terá o apoio

da Direção-Geral para a Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Costas Kadir (Chipre) será o primeiro Comissário dedicado exclusivamente às pescas e aos oceanos e assim a gestão das quotas de pesca, a aquicultura e a economia azul em geral. Ficará também responsável pelo desenvolvimento do primeiro Plano Europeu para os Oceanos da UE.

A Saúde, Segurança Alimentar e o Bem-estar dos Animais, este último elevado assim a um nível equivalente à própria segurança alimentar, serão responsabilidade de Olivér Várhelyi (Hungria), atualmente comissário responsável por Vizinhança e Alargamento.

Wopke Hoekstra (Países Baixos), com pasta incrementada do atual mandato (Ação Climática), passará a ser responsável pela pasta do Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo.

A pasta Ambiente, Resiliência Hídrica e a Economia Circular Competitiva ficará a cargo de Jessika Roswall (Suécia).

Estes três comissários trabalharão sob a Direção da Vice-Presidente Executiva para uma transição limpa, justa e competitiva. A Direção-Geral da Saúde, a Direção-Geral do Clima e a Direção-Geral do Ambiente apoiarão respetivamente os seus trabalhos.

Também de relevo:

Piotr Serafin (Polónia), ficará com a pasta Orçamento, Luta Antifraude e Administração Pública, numa altura em que o bloco se prepara para um novo quadro financeiro de sete anos (QFP), que entrará em vigor em 2028.

Maroš Šefčovič (Eslováquia) passa para a pasta Comércio e Segurança Económica, Assuntos Interinstitucionais e Transparência. Para além das relações comerciais em aberto, terá de negociar com parceiros e rivais como os EUA e a China, bem como com a Índia e continuará a liderar as relações pós-Brexit com o Reino Unido. Valdis Dombrovskis (Letónia), terá a seu cargo a Economia e Produtividade, Execução e Simplificação. Visto como o cérebro por detrás da governação económica do bloco e das despesas públicas dos países, será também o Comissário para

a Simplificação Burocrática, reportando diretamente a Von der Leyen.

OS VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

O Vice-Presidente Executivo para a Coesão e Reformas, Raffaele Fitto (Itália) supervisionará a agricultura numa perspetiva económica, e segundo as diretivas que recebeu, deverá ajudar a **reforçar a competitividade, a resiliência e a sustentabilidade do sector alimentar e agrícola**, a fim de **garantir que os agricultores mais necessitados são apoiados**, que se **promovem resultados ambientais e sociais positivos** e se apoiam **condições propícias adequadas**. Para o efeito, deverá **compreender as preocupações das pessoas nas comunidades rurais** e encontrar soluções que façam uma verdadeira diferença.

Teresa Ribera Rodríguez (Espanha) é Vice-Presidente Executiva para a Transição Ecológica e Económica, o que lhe confere um dos cargos mais influentes na UE. Ribera terá a seu cargo a supervisão da concorrência, a aplicação do "Clean Industrial Deal" da UE e a liderança dos objetivos de redução das emissões para

2040. O Pacto Ecológico mantém-se como um pilar da estratégia de crescimento da UE, mas a par de novas prioridades como a segurança e a competitividade. Na sua qualidade de política de esquerda mais proeminente do Colégio, Ribera será responsável por uma parte da transição ecológica e para tal, terá de trabalhar com os seus colegas de centro-direita responsáveis pelo clima e pelo ambiente, e fazer compromissos.

AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

Membro do Partido Popular Europeu (PPE), Christophe Hansen desempenha funções no Parlamento Europeu desde 2018, e trabalhou temas como as regras da UE em matéria de desflorestação ou a Diretiva relativa à água potável. Filho e irmão de agricultores, o luxemburguês é, mais do que outra coisa, definido como um hábil político.

Na sua carta de missão, partindo das recomendações do Diálogo Estratégico e com o futuro Conselho Europeu para agricultura e alimentação, irá preparar nos primeiros **100 dias de mandato uma visão para a agricultura e alimentação**

NOVOS TRACTORES COMPACTOS

IDEAIS PARA PEQUENAS PROPRIEDADES

LOVOL



LOVOL TRACTORES
Compactos, Fiáveis e Robustos de 25 a 115 CV



PREET AVENGER
Trator compacto, Ergonómico e Elegante de 20 e 26 CV



Edifício Auto Industrial, Estrada da Circunvalação,
2794-065 Carnaxide | +351 210 009 752
divisaoagricola.autoindustrial.pt tractorluso.pt



ESTRUTURA DA COMISSÃO EUROPEIA 2024 – 2029



(respondendo aqui diretamente à presidente). Entre os temas centrais da política agrícola contam-se a competitividade, a resiliência e a sustentabilidade. Deverá implementar um sistema de avaliação comparativa da sustentabilidade, concebido para harmonizar as metodologias de avaliação nas explorações agrícolas, estabelecendo uma base de referência comum com base nas normas de sustentabilidade estabelecidas. Tal permitirá no futuro equilibrar os objetivos de sustentabilidade com as necessidades dos agricultores – um tema difícil e que bem sabemos abriu a porta à recente onda de protestos. Deverá garantir que os agricultores tenham um rendimento justo e suficiente e o reforço da posição dos agricultores na cadeia de valor alimentar. Apresentará uma **estratégia para a renovação das gerações na agricultura**, nomeadamente apoiando as explorações familiares e os jovens agricultores no acesso a capital, **contribuirá ativamente para o plano de adaptação às alterações climáticas** (responsabilidade do Comissário Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo) e **para a estratégia europeia de resiliência hídrica** (responsabilidade da Comissária Ambiente, Resiliência Hídrica e a Economia Circular Competitiva). Não de menor importância fica a responsabilidade ligada à soberania alimentar, devendo **estudar formas de diversificar e reduzir as importações de fatores de produção e produtos de base críticos**. Também devem ser feitos esforços conjuntos com outros comissários no sentido da reciprocidade e de condições de concorrência equitativas a nível internacional.

AMBIENTE, RESILIÊNCIA HÍDRICA E A ECONOMIA CIRCULAR COMPETITIVA

A política sueca Jessika Roswall, antiga Ministra dos Assuntos Europeus e membro do PPE, ficou incumbida de desenhar uma Lei para a economia circular, atualizar a estratégia para a bioeconomia e avançar no desenvolvimento do conceito de “Créditos de Natureza”, um conceito semelhante ao dos Créditos de Carbono. Também irá liderar o desenvolvimento de uma Estratégia Europeia de Resiliência da Água, centrada na proteção, eficiência, seca, poluição e riscos relacionados com água. A sua pasta inclui a silvicultura, que embora continue a ser uma competência nacional, a UE garante diretrizes e apoio

à gestão sustentável das florestas através de iniciativas como a Estratégia Florestal da UE e o Pacto Ecológico.

CLIMA, NEUTRALIDADE CARBÓNICA E CRESCIMENTO LIMPO

O holandês Wopke Hoekstra será no seu segundo mandato o principal contrapeso da nova responsável verde, Teresa Ribera. Deverá dar resposta à promessa eleitoral do PPE para uma transição ecológica que constitua um plano de crescimento industrial do bloco europeu. Muito ligado à parte fiscal, obteve também as chaves do mecanismo de tributação da UE, que normalmente precisa da unanimidade entre os Estados-membro da UE. Deverá propor uma **alteração das metas para 90% de redução de emissões até 2040** na Lei Europeia para o Clima e nas suas revisões preparar o quadro para o pós-2030. Deverá liderar os trabalhos para um **Plano de ação para as adaptações climáticas na UE**, cobrindo impactos em infra-estrutura, energia, água, alimentação e terras urbanas e rurais e integrar a gestão do risco de incêndios florestais através de uma prevenção baseada na paisagem e nos ecossistemas. De acordo com os estudos de impacto verificar a necessidade para legislação em resiliência climática, preparando opções.

MANDATO

Este segundo mandato da presidente Ursula von der Leyen, visto como de continuidade e implementação, terá como objetivo definir um caminho claro para aprofundar as bases já existentes, aproveitando e aperfeiçoando, mas trabalhando um número reduzido de propostas novas.

A primeira grande dificuldade passará pela harmonização das responsabilidades e missões de cada candidato e as funções de cada Direção-Geral e respetivas unidades que apoiam os trabalhos. Logo de seguida, é fácil concluir que só um esforço contínuo permitirá avançar e concluir muitos dos temas ligados à Agricultura, será fundamental coerência em todas as políticas internas e externas para se avançar nos temas com políticas sobrepostas.

Embora se note uma maior visão económica no que respeita à Agricultura é também feita uma advertência, os objetivos e missões de cada Comissário podem ser adaptados de acordo com as negociações do quadro financeiro plurianual. Pode assim, vir a ser muito positivo, muitas das prioridades ligadas à agricultura estarem refletidas nas Orientações Políticas que a própria Presidente apresentou em julho e não só na carta de Missão dos Comissários.

Cada vez mais será importante sermos ativos e contribuímos com conhecimento e ideias nas várias fases do debate, seja para o programa de trabalho anual da Comissão Europeia, nas negociações do QFP ou no desenho da Visão para o Futuro da Alimentação que se define já como mais além do que a própria Política Agrícola Comum.

INÍCIO

Estas 26 nomeações não são ainda definitivas. Todos os candidatos terão pela frente audições de cerca 3 horas no Parlamento Europeu, que tem autoridade para rejeitar qualquer candidato. O calendário está a ser ultimado e a nova Comissão Europeia deverá entrar em funções, na melhor das hipóteses, a 1 de novembro, mas tendo em conta os atrasos, poderá não ser confirmada antes de dezembro. ●



NOVO
TAFE 7515
COM 75 Cv
TRATOR
UTILITÁRIO

EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS



McHALE
Fusion 3 Plus
ENFARDADEIRA
COMBINADA



iD-David
CULTIVADOR
INTERCEPAS



Kverneland
SEMEADOR DE
PRECISÃO OPTIMA V-SX



G GOLDONI
S60
COMPACTO
TRATOR
POLIVALENTE

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO NORTE ALENTEJANO



1. SEDE DA CAIXA EM FRONTEIRA

TEXTO

PAULO MARQUES

CONFAGRI

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

CCAM do Norte Alentejano

[CONTACTOS]

Morada: Rua da Lagoa, 14
7460-116 Fronteira

Telefone: +351 245 600 060

Email: nortealentejano@creditoagricola.pt

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) do Norte Alentejano, C.R.L., desempenha um papel crucial no desenvolvimento socioeconómico de seis concelhos da região: Fronteira, Crato, Gavião, Marvão, Castelo de Vide e Nisa. Com uma base agrícola diversificada, a região apresenta grandes explorações, especialmente nos concelhos de Fronteira e Crato, onde as culturas de cereais, como milho e trigo, estão a dar lugar a olivais intensivos e superintensivos. A pecuária também é uma parte fundamental da economia local, com destaque para a criação de ovinos e bovinos.

Nos concelhos de Gavião e Nisa, a silvicultura é predominante, especialmente com o cultivo de eucalipto. Por outro lado, Marvão e Castelo de Vide concentram-se em pequenas e médias explorações, onde se destaca a economia familiar com a produção de hortícolas, cerejeiras e castanheiros, além da exploração pecuária. Nas áreas silvícolas, o azinho e o sobreiro (cortiça) têm uma presença significativa, particularmente nas explorações de Fronteira e Crato. Constituída em 1997, resultado da fusão das Caixas de Fronteira, Crato, Marvão e Castelo de Vide, a CCAM do Norte

Alentejano tem sido um pilar no apoio aos agricultores e produtores locais, oferecendo serviços financeiros adaptados às necessidades da região. Com oito agências a operar, em Fronteira (Sede), Cabeço de Vide, Crato, Gáfete, Gavião, Marvão, Castelo de Vide e Nisa, a CCAM tem atualmente 29 colaboradores e serve mais de 3.300 associados, reforçando o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da agricultura e do cooperativismo.

Com depósitos totais que rondam os 150 milhões de euros e cerca de 65 milhões em crédito concedido, a Caixa ocupa uma posição relevante no financiamento de atividades agrícolas, contribuindo com aproximadamente 41% do crédito direcionado a atividades direta ou indiretamente relacionadas com a agricultura. A sua atuação é fundamental para garantir a vitalidade das explorações agrícolas da região e para apoiar os agricultores nos desafios que vão enfrentando.

A CCAM do Norte Alentejano, com a sua forte presença no território, é mais do que uma instituição financeira; é uma verdadeira parceira no crescimento da economia local.



2. JOSÉ MACHADO — PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração da CCAM do Norte Alentejano

Como avalia o impacto da Caixa no desenvolvimento local e no bem-estar económico e social da sua área social?

A CCAM tem um papel de extrema importância no desenvolvimento e bem-estar económico e social da sua área de atividade. É a única instituição que conhece e se preocupa com as necessidades das suas gentes, as quais depositam uma

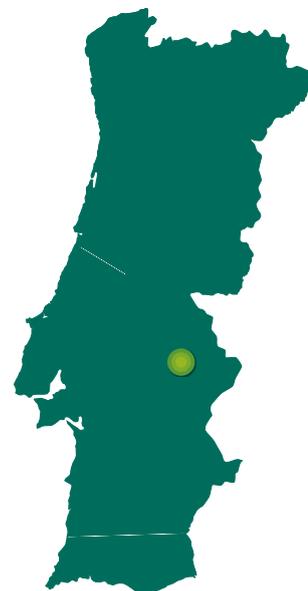
enorme confiança na Caixa. Fazemos um trabalho de banca de proximidade, estamos permanentemente atentos às oportunidades e damos, através do nosso conhecimento, uma resposta célere aos nossos associados, clientes e público em geral, em qualquer dos segmentos, particulares, empresários em nome Individual e empresas. A CCAM tem uma elevada quota de mercado derivada disso mesmo, da relação de confiança estabelecida ao longo do tempo com todos os seus clientes.

A CCAM do Norte Alentejano tem uma forte ligação à sua comunidade. Pode comentar como essa proximidade com os associados e clientes tem sido um fator crucial para o sucesso da instituição?

É verdade, a CCAM tem uma forte ligação à comunidade, ligação essa que advém da proximidade e sobretudo da confiança que os seus associados e público em geral em si deposita, por reconhecer a preponderância do seu papel e trabalho

A CCAM tem um papel de extrema importância no desenvolvimento e bem-estar económico e social da sua área de atividade.

PORTUGAL CONTINENTAL



SAIBA MAIS SOBRE A CCAM DO NORTE ALENTEJANO

ao longo do tempo. Isto só se consegue porque estamos muito presentes na vida das pessoas e Instituições, sejam elas públicas ou privadas, de natureza associativa, cultural ou social e apoiamos as suas iniciativas e investimentos, sempre com a preocupação de criar condições de melhoria a todos eles, através dos seus projetos pessoais ou coletivos.

Num cenário de concorrência crescente e desafios económicos, como o atual, que estratégias tem a Caixa adotado para garantir o seu crescimento e estabilidade no mercado?

A concorrência está efetivamente cada vez maior e mais “agressiva”. Mas isso é bom! A Administração da CCAM, através de uma gestão sã e prudente e da sua estratégia e do Grupo CA, em conjunto com a sua excecional equipa de colaboradores, trabalha arduamente para procurar soluções que correspondam à expectativa dos nossos associados, clientes e público em geral. Só assim se consegue continuar a prestar um serviço diferenciado e beneficiar da confiança das pessoas, o que tanto nos orgulha.



3. ELEMENTOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESQ. PARA A DIR.: JOÃO NUNO MONIZ, MARIA DE FÁTIMA CABAÇO, JOSÉ MACHADO

O apoio à agricultura é um dos pilares do Crédito Agrícola. Qual a importância do sector agroalimentar para a área social da CCAM do Norte Alentejano e que iniciativas, serviços e apoios a Caixa tem promovido para fortalecer este sector?

Desde sempre que a CCAM tem tido uma atenção especial a este sector, tanto mais que está na génese do Grupo e, acima de tudo, da região e da nossa área social. Temos essa obrigação e compromisso com os nossos associados. Prestamos serviços de apoio à agricultura e suas atividades, com o indispensável apoio prestado pela CONFAGRI, entidade com a qual sempre mantivemos uma continua e excelente relação. Realizamos entre outros serviços, através de técnicos especializados, as candidaturas aos apoios ao rendimento, mas não só! Promovemos ações de esclarecimento e debate com os agricultores, para que todos se possam manter devidamente esclarecidos relativamente a apoios e suas condições de acesso, bem como outra informação relevante para as suas atividades.

Como analisa o atual estado da agricultura na região do Norte Alentejano, e quais são as suas expectativas para o futuro do sector agrícola nesta região?

A Agricultura no Norte Alentejano encontra-se numa fase de conversão. Mantém-se no que diz respeito à pecuária, com a exploração essencialmente de ovinos e



4. AGÊNCIA DE CASTELO DE VIDE

bovinos, mantém a parte silvícola com o azinho, sobre e eucalipto, mantém a agricultura de base familiar, com pequenas explorações de hortícolas, cereja, castanha e até mesmo alguma uva. Mas o que está mesmo em conversão são os cereais! A sua produção está a ser cada vez menor, e o regadio começa a dar lugar a grandes extensões de olival intensivo e superintensivo. Tal só acontece, derivado dos investimentos efetuados nos últimos 25 anos em bacias de retenção de água,

privadas, que geram hoje capacidade para regar estas áreas de olival. Acresce a isto a futura barragem do Pisão, projeto considerado de extrema importância para toda a região do Alto Alentejo, e do qual se espera poder tirar maior partido de área que atualmente é de sequeiro.

Em seu entender, o que seria importante no âmbito do atual Quadro de Apoio da União Europeia que permita potenciar tanto o sector agroalimentar quanto a atividade da Caixa na região?

Os apoios são sempre importantes, na medida em que se destinam a investimentos nas explorações, para iniciar ou melhorar a sua atividade e assim poder dar algum incremento ao que de tão bem se faz. Ajudam a preparar os desafios futuros, a evoluir em termos de equipamento e tecnologia para que se possam desenvolver estas atividades, mais e melhor, de forma sustentada e mais controlada, com menos desperdícios e efeitos nefastos em termos ambientais. A questão ambiental é hoje uma preocupação cada vez maior e à qual a CCAM dá uma enorme importância.

A CCAM do Norte Alentejano mantém uma preocupação social constante e envolve-se em iniciativas que potenciem esse desenvolvimento?

A CCAM tem a preocupação constante de apoiar todas as iniciativas de âmbito social, cultural, educacional ou outras, desde que obedeçam a alguns princípios que consideramos essenciais, nomeadamente, que sejam inclusivas, sustentáveis, e se destinem ao bem-estar genérico das pessoas. Exemplo disso é o Festival do Crato, que apoiamos já há 10 anos, em estreita ligação com o seu promotor, o Município do Crato. A CCAM começou com a instalação de uma ATM temporária no evento e com presença da marca "Crédito Agrícola". Hoje em dia essa parceria fortaleceu-se e somos neste momento um dos patrocinadores oficiais. Consideramos ser um evento de extrema importância para a região, cujos agentes económicos de todas as áreas e sectores beneficiam direta e indiretamente, com a quantidade de pessoas que visitam a região por esses dias. É também importante para a divulgação da marca CA junto do segmento Jovem, com vista ao rejuvenescimento da nossa carteira de clientes, para além de



5. AGÊNCIA DO CRATO

constituir um momento forte de ligação e convívio entre a equipa de colaboradores e órgãos sociais, bem como com outros representantes do grupo Crédito Agrícola, nomeadamente, CA Seguros, CA Vida e Caixa Central.

No que respeita a estruturas de negócio propriamente ditas, a CCAM mantém as suas 8 agências em funcionamento, não pensando apenas em rentabilidade, mas sobretudo na sua utilidade para os clientes locais, que, pela sua idade e/ou dificuldade

em se deslocarem, não teriam acesso a uma agência bancária. O mesmo se aplica a uma série de ATM 's que a CCAM tem fora do ambiente bancário, ou seja, fora das agências! Também aqui não se olha só à rentabilidade. Consideramos serem essenciais à vida dos seus utilizadores, a qual seria certamente mais difícil se não a tivessem no local onde vivem e, assim, cumprimos uma boa parte da nossa missão social.

Olhando para o futuro, quais são as grandes prioridades e objetivos estratégicos que a CCAM do Norte Alentejano pretende alcançar nos próximos anos?

Olhando para o futuro, a CCAM pretende, acima de tudo, continuar a ser vista como uma instituição sólida e credível, de elevado rigor e com a qual os seus associados, clientes e público em geral podem contar para apoiar os seus projetos e iniciativas. Temos como prioridade continuar a desenvolver uma gestão sã e prudente, por forma a merecer o voto de confiança dos depositantes, e assim ajudar a desenvolver a nossa região e área de atuação.

Como avalia o papel desempenhado pela CONFAGRI e a relação da CCAM do Norte Alentejano com a CONFAGRI?

A CONFAGRI desempenha um papel muito útil, cordial e de proximidade com a CCAM, o qual é de extrema importância e nos permite, através de um serviço técnico especializado, esclarecer todas as dúvidas ou qualquer outra questão aos agricultores, bem como realizar candidaturas para a receção de apoios que são determinantes para estes. Acreditamos que juntos fazemos a diferença, e que sem esta relação não seria possível continuar a corresponder às expectativas e necessidades daqueles que diariamente nos procuram, acreditando que as mesmas se poderão continuar a estreitar e evoluir no sentido de a todos beneficiar.

Que mensagem gostaria de deixar aos associados e clientes e à comunidade em geral?

Aos associados, clientes e público em geral, gostaria de manifestar que a CCAM está sólida, que a sua administração e colaboradores continuam empenhados, focados e disponíveis para continuar a trabalhar de forma a que a CCAM possa apoiar todas as iniciativas sociais e económicas sólidas e sustentáveis. Podem sempre contar connosco! ●



6. ESPAÇO DO CRÉDITO AGRÍCOLA NO FESTIVAL DO CRATO

A CCAM pretende continuar a ser vista como uma instituição sólida e credível, de elevado rigor e com a qual os seus associados, clientes e público em geral podem contar para apoiar os seus projetos e iniciativas.



7. COLABORADORES DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA NO FESTIVAL DO CRATO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONDECORA AGROS E PROLEITE COMO MEMBROS HONORÁRIOS DA ORDEM DE MÉRITO

O sector cooperativo agrícola português recebeu uma importante distinção com a homenagem do Presidente da República à AGROS — União de Cooperativas de Produtores de Leite, e à PROLEITE — Cooperativa Agrícola de Produtores de Leite, em reconhecimento pelos seus contributos ao longo das últimas décadas, numa cerimónia realizada no dia 26 de setembro, no Palácio de Belém.

TEXTO

PAULO MARQUES

 CONFAGRI

FOTOS

RUI OCHÔA

 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

N o ano em que a AGROS celebra 75 anos de existência, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, condecorou a União de Cooperativas como Membro Honorário da Ordem do Mérito, destinada a galardoar actos ou serviços meritórios praticados no exercício de quaisquer funções, públicas ou privadas, que revelem abnegação em favor da coletividade. A distinção foi entregue ao Presidente do Conselho de

Administração, Idalino Leão, sublinhando a importância da organização no sector leiteiro e no desenvolvimento do sector agrícola nacional.

De igual forma, a PROLEITE foi homenageada por ocasião do seu 60.º aniversário, recebendo a mesma distinção de Membro Honorário da Ordem do Mérito, com o Presidente do Conselho de Administração, Vítor Santos, a receber as insígnias. Na mesma ocasião, o anterior

Presidente da PROLEITE, Manuel dos Santos Gomes, foi agraciado com o grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito, reconhecendo as mais de três décadas de liderança na Cooperativa e o seu papel decisivo na consolidação da PROLEITE como referência no sector leiteiro. Estas condecorações representam um marco de enorme orgulho para o sector cooperativo agrícola e, em particular, para o sector do leite. Organizações como a



1. PRESIDENTE DA AGROS, IDALINO LEÃO, RECEBE AS INSÍGNIAS DA CONDECORAÇÃO



2. PRESIDENTE DA PROLEITE, VÍTOR SANTOS, RECEBE AS INSÍGNIAS DA CONDECORAÇÃO



3. CONDECORAÇÃO DO ANTERIOR PRESIDENTE DA PROLEITE, MANUEL DOS SANTOS GOMES

AGROS e a PROLEITE têm desempenhado um papel vital no apoio aos produtores de leite e no fortalecimento do sector agrícola nacional, promovendo o cooperativismo como um motor de desenvolvimento económico e social, de sustentabilidade, e de promoção da coesão territorial.

A CONFAGRI congratula a AGROS, a PROLEITE e o Comendador Manuel dos Santos Gomes por estas distinções, que reforçam a relevância das cooperativas e da agricultura no contexto nacional. Estas homenagens não só reconhecem a história de sucesso e o trabalho incansável destas organizações, mas também sublinham a importância de continuar a valorizar a produção nacional e o sector agroalimentar português. O contributo de ambas as cooperativas reflete-se no crescimento e na modernização do sector, promovendo um futuro mais sólido e inovador para a agricultura portuguesa e fazendo crescer Portugal. ●



4. PRESIDENTE DA REPÚBLICA COM ALGUNS ELEMENTOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E DIREÇÃO-GERAL DA AGROS



5. PRESIDENTE DA REPÚBLICA COM ALGUNS ELEMENTOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E DIREÇÃO-EXECUTIVA DA PROLEITE E COM ANTERIOR PRESIDENTE DA COOPERATIVA



Por amor à terra, entregue as embalagens vazias de produtos fitofarmacêuticos, biocidas e de sementes num Ponto de Retoma Valorfito®.

Faça como a Família Prudêncio®.
Deixe que o amor desça à sua terra e cuide da Terra de todos nós.

Informe-se em www.valorfito.com ou num Ponto de Retoma Valorfito.

CERTIFICAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE: UM NOVO MARCO PARA A ADEGA COOPERATIVA DE FAVAIOS E COOPERATIVA TERRAS DE FELGUEIRAS



TEXTO

PAULO MARQUES

CONFAGRI



O sector vitivinícola português atingiu um novo patamar com a implementação do *Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade para o Sector Vitivinícola* (RNCSSV). Este referencial foi desenvolvido para responder às exigências de um mercado internacional cada vez mais focado em práticas sustentáveis e na garantia de produtos que respeitem os princípios económicos, sociais e ambientais. A Adega Cooperativa de Favaios e Cooperativa Terras de Felgueiras, associadas da FENADEGAS e duas referências na produção de vinhos, são agora pioneiras, tendo sido as primeiras Adegas Cooperativas a alcançarem esta certificação.

O que é o Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade (RNCSSV)?

O RNCSSV é uma ferramenta criada para orientar e certificar as práticas sustentáveis das organizações do sector vitivinícola. Desenvolvido em colaboração com o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), a Viniportugal e representantes de diversas associações do sector, entre as quais a FENADEGAS, o referencial tem como objetivo garantir que as empresas do sector adotem práticas sustentáveis que equilibrem as dimensões económicas, ambientais e sociais e pretende dar resposta aos principais desafios colocados ao sector vitivinícola na adaptação da abordagem de sustentabilidade como:

1 – Manter um mercado sustentável de acordo com as expectativas da socie-

dade, tanto dentro como fora da organização, mantendo a competitividade económica e produtiva;

2 – Melhorar a confiança da sociedade nas empresas vitivinícolas, através da implementação de uma abordagem baseada na sustentabilidade;

3 – Desenvolver uma vitivinicultura sustentável com o objetivo de prevenir impactos ambientais negativos e de se adaptar às alterações climáticas, através da adequação das práticas de produção.

Desta forma, a certificação visa promover a sustentabilidade a vários níveis: desde a produção de uvas até à transformação e comercialização dos vinhos. A abordagem adotada pelo referencial baseia-se em 5 princípios gerais estabelecidos pela Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV), que consideram a sustentabilidade como um processo contínuo, adaptável às mudanças ambientais, sociais e económicas. Esses 5 princípios são:

1 – A abordagem sustentável integra os aspetos ambientais, sociais e económicos;

2 – A vitivinicultura sustentável respeita o ambiente;

3 – A vitivinicultura sustentável é sensível aos aspetos sociais e culturais;

4 – A vitivinicultura sustentável visa a manutenção da viabilidade económica;

5 – As iniciativas sustentáveis requerem planeamento e avaliação.

Com a implementação desta certificação, Portugal posiciona-se como um líder no sector vitivinícola sustentável, não só no contexto europeu, mas também a nível global. O sistema de certificação nacional é inclusivo e acessível a empresas de todas as dimensões, desde micro organizações até entidades com atividade multiregional.

Adega Cooperativa de Favaios e Cooperativa Terras de Felgueiras

A Adega Cooperativa de Favaios e a Cooperativa Terras de Felgueiras, são dois dos mais recentes exemplos de sucesso na adoção do referencial de sustentabilidade, tendo sido as primeiras Adegas Cooperativas a concretizá-la. Ambas as Adegas, com esta certificação, demonstram o seu compromisso em garantir que as suas práticas respeitam as melhores normas económicas, sociais e ambientais e são exemplo de como as Cooperativas podem liderar o caminho para um futuro mais sustentável no sector vitivinícola. ●

CA SEGUROS CELEBRA 30 ANOS DE COMPROMISSO E CONFIANÇA COM OS CLIENTES

A CA Seguros, seguradora não vida do Grupo Crédito Agrícola, comemora 30 anos de dedicação à qualidade, confiança e inovação. Fundada em 1994 como Rural Seguros e rebatizada como CA Seguros em 2006, tem oferecido soluções de proteção ajustadas às necessidades dos Clientes do Crédito Agrícola. Ao longo destas três décadas, a CA Seguros passou a proteger mais de 450 mil Clientes, com mais de 820 mil apólices em vigor. O sucesso deve-se, em grande parte, à rede comercial exclusiva nas Agências do Crédito Agrícola. A proximidade e confiança estabelecidas pelos Colaboradores, aliadas à qualidade e oferta de soluções completas, foram essenciais para o crescimento da empresa.



Em 1997, com o slogan "Estamos cá para o que der e vier", a CA Seguros emitiu a sua primeira apólice. Em 2006, adotou a assinatura "Seguramente ao seu lado", afirmando-se como uma das principais seguradoras não vida em Portugal. Em 2011, obteve a Certificação de Qualidade ISO 9001 e, em 2023, a Certificação do Sistema de Continuidade de Negócio ISO 22301. A CA Seguros foi distinguida pelo sexto ano consecutivo como líder na satisfação dos clientes nos Seguros Não Vida (BECX 2023), e renovou em 2024 a certificação Great Place to Work® Portugal, com um Trust Index de 93%. Conquistou também o 1º lugar no Índice da Excelência em Médias Empresas e no sector de Banca, Seguros e Serviços Financeiros, e figura no top 10 do ranking "Melhores Empresas para Trabalhar".

A inovação sempre foi um pilar na CA Seguros. Desde o contributo ao desenvolvimento dos seguros agrícolas em 1999, até ao pioneirismo na digitalização de documentos há mais de 15 anos. Recentemente, lançou o eSign em 2017, a App CA Seguros em 2020, a área de cliente CA Seguros Online em 2022 e o canal WhatsApp CA Seguros em 2023.

João Pedro Borges, Presidente do Conselho de Administração Executivo comenta: "Celebramos 30 anos com orgulho, refletindo o crescimento e a confiança dos Clientes, e continuamos focados em inovar e oferecer as melhores soluções. ●"

Sobre a CA Seguros: A CA Seguros é a seguradora não vida do Grupo Crédito Agrícola, dedicada à oferta de soluções de proteção e segurança para os seus associados e clientes. Com mais de 450 mil clientes e mais de 820 mil apólices ativas, a CA Seguros destaca-se pela sua liderança em satisfação e inovação, com um percurso marcado pela confiança e compromisso com a qualidade.

CAPINADEIRA AGRÍCOLA
CAR 170



CAPINADEIRA FLORESTAL
CAFRE 180



DESTROÇADOR REFORÇADO
TLSP 180



CAPINADEIRA DESCENTRÁVEL
GL4/70 - 220/340



DESTROÇADOR SEMI FLORESTAL
TLT-FM 180



DESTROÇADOR MULTI USOS
BR 180



GUINCHO FLORESTAL
2X85G



CORTADOR/RACHADOR TOROS
TITAN



DESTROÇADOR FLORESTAL
PATRIZIO



CABEÇA DESTROÇADORA FLORESTAL
BL1/EX



NÃO HÁ BOA TERRA SEM BOM LAVRADOR.

+351.912 550 955
+351.234 543 222
+351.919 052 777 (adm.)

Rua da Linha, nº 6
Quinta da União · Ap. 92
3850-501 BRANCA ALB
Albergaria-a-Velha

40° 44' 42" N | 08° 29' 21" W
PORTUGAL

HERKULIS.COM 
herkulis@herkulis.com



RISCOS CLIMÁTICOS: COMO MELHOR ANTECIPAR E RESPONDER?

TEXTO

CÁTIA ROSAS

 CONFAGRI

A escala dos potenciais danos climáticos poderá afetar vidas e infraestruturas, também a competitividade de economias e empresas, o panorama geopolítico e a mão de obra.

Por isso, importa investir não apenas na redução de emissões de GEE, mas também na adaptação às AC e proteção das pessoas.

A CE (2024) avança como a UE e os Estados-membro (EM) podem melhor antecipar, compreender e agir face aos crescentes riscos climáticos, reforçando a resiliência às AC. Apresenta ainda como preparar e aplicar políticas que salvam vidas, reduzem custos e protegem a prosperidade na UE.

Investir agora na redução da vulnerabilidade ao risco climático terá custos e perdas de mercado (CE 2024a) muito inferiores aos de recuperação de impactos climáticos (que poderiam reduzir o PIB da UE em cerca de 7% até ao final do século). Os investimentos, nomeadamente em energia, resilientes às AC podem também criar oportunidades de negócio e gerar empregos qualificados e energia limpa a preços acessíveis.

Em paralelo, a Agência Europeia do Ambiente (AEA) publicou a primeira avaliação europeia dos riscos climáticos, que identifica tendências de fatores de riscos climáticos, que se interligam (Fig. 1) e identifica possíveis prioridades políticas para adaptação às AC e para sectores sensíveis ao clima (os clusters). Este artigo sintetiza as principais mensagens dessas duas publicações.

O que se constata é que as políticas e as ações de adaptação europeias (com a execução da Estratégia da UE para a Adaptação às AC de 2021) não estão a acompanhar o ritmo crescente dos riscos CE e AEA (2024). Apelam, por isso, ao reforço da ação para todos os níveis de Governo, o sector privado e a sociedade civil.

Riscos em Cascata

Os riscos climáticos concentram-se geograficamente e em sectores específicos, como a agricultura, a gestão de água e resíduos (CE2024a). Estes, podem transmitir, em cascata, de um sistema ou região para outro e combinar-se com fatores não climáticos (por exemplo, fragmentação dos ecossistemas, poluição, práticas agrícolas inadequadas, gestão de recursos hídricos, desigualdades sociais).

É o caso das mega-secas, que podem conduzir à insegurança hídrica e alimentar, a perturbações das infraestruturas críticas (energia, água ou transporte) e a ameaças a mercados financeiros e à estabilidade. Também os riscos para os ecossistemas (incluindo o aquecimento e a alteração dos fluxos de água) e as cadeias de abastecimento internacionais podem conduzir a riscos para a segurança alimentar e, consequentemente, também para a saúde humana e equidade social. Para a UE, são identificados 36 riscos, em 5 níveis diferentes de urgência para agir (Fig. 2), agrupados em clusters.

Para o cluster da Alimentação (Tabela 1), a ACA (2024) identifica o **risco de produção**

de culturas como o mais urgente, com risco severo já no sul da Europa. Aliás, a segurança alimentar é afetada pelas AC nos seus quatro pilares: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade.

Prioridades de Ação

Apesar dos riscos identificados, são reconhecidas também ações que podem reduzir o impacto e encontrar novas oportunidades com a adaptação.

Para o cluster da Alimentação, as prioridades de ação, incluem:

- Intensificação da gestão do risco de seca prolongada, nomeadamente nos planos estratégicos da política agrícola comum (PAC), p.e. apoiando culturas ou variedades resistentes à seca e favorecendo culturas menos intensivas em água.
- Mais conhecimento sobre riscos para a produção alimentar que depende da água ou de forragens importadas; Mais recursos para a gestão de riscos e ferramentas de apoio à decisão, bem como para minimizar riscos para culturas sensíveis à seca.
- Promoção de modelos agrícolas sustentáveis, como a agricultura regenerativa: aumentam a capacidade de adaptação e de resposta face a extremos climáticos.
- Melhor coerência das principais políticas da UE que afetam a produção e alimentação, de forma a influenciar a procura e melhorar o acesso a alimentos nutritivos para todas as pessoas.
- Transição para sistemas alimentares mais resistentes ao clima e sustentáveis

O sul da Europa, incluindo Portugal, está particularmente exposto ao risco de incêndios florestais e a impactos do calor e da escassez de água na produção agrícola, no trabalho ao ar livre e na saúde humana, que tenderão a agravar, mesmo em cenários otimistas de aquecimento global.

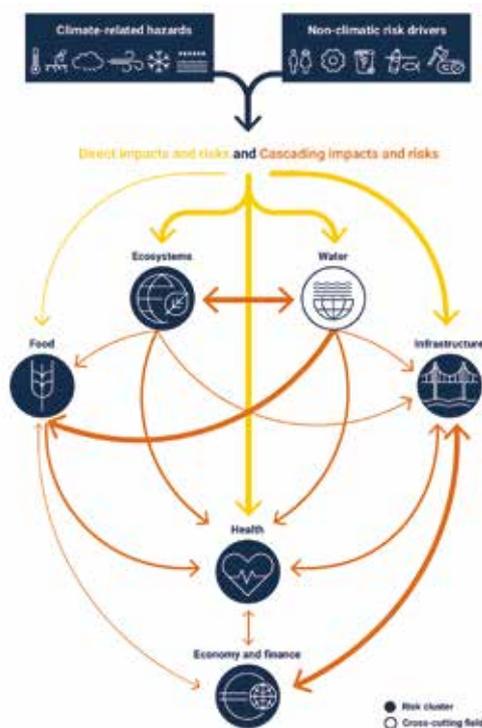
na Europa, com ações a vários níveis, desde explorações agrícolas até às políticas nacionais e da UE. Mudanças na produção, na dieta alimentar e nas políticas sociais são possíveis alavancas para a segurança alimentar.

Em termos latos, a CE (2024) identifica quatro categorias de ação para gerir os riscos climáticos:

- **Melhorar a governação:** Cooperação mais estreita em matéria de resiliência às AC entre os níveis nacional, regional e local, para melhor disponibilização de conhecimentos e recursos. Os EM já incluem a resiliência climática nos seus planos nacionais em matéria de

FIGURA 1

Ligações entre fatores de risco e riscos climáticos (AEA, 2024)



Higienizantes HIGIACT

Sabia que...

- A contaminação microbiológica é um dos perigos mais comuns no fabrico dos alimentos para animais?

A gama HIGIACT é uma pré-mistura acidificante e conservante e constitui um mecanismo de prevenção eficaz, limitando a proliferação de bactérias e outros microrganismos patogénicos no alimento.

Na DIN dispomos de uma vasta gama de produtos higienizantes e respetivos protocolos de utilização adequados à sua atividade.

Contacte a nossa equipa técnica para mais informações.

FIGURA 2 Principais riscos climáticos na Europa (36)

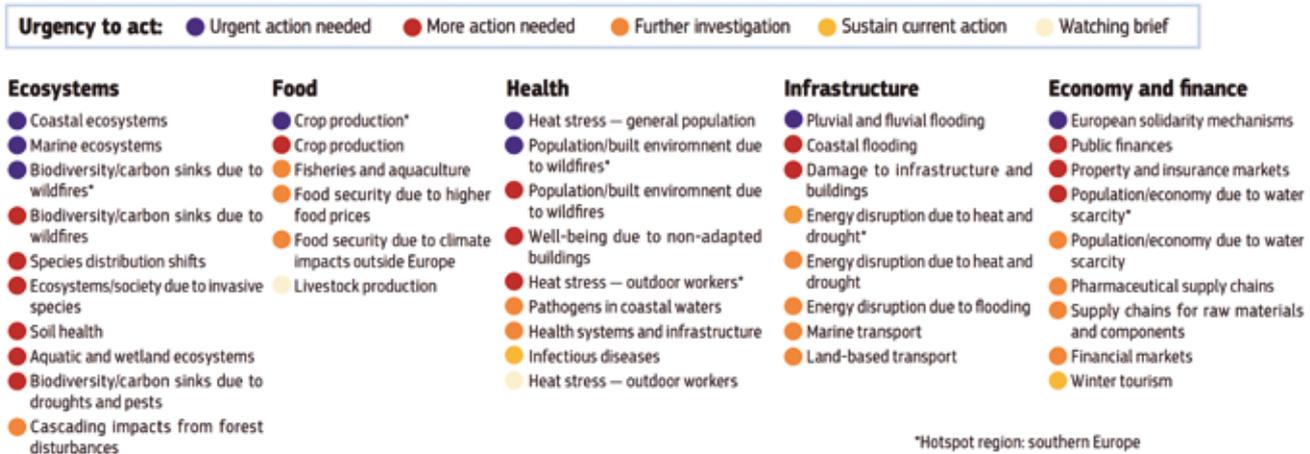


TABELA 1 Análise dos principais riscos no Cluster da Alimentação

Climate risks for 'Food' cluster	Risk severity			Risk severity	Confidence
	Current	Mid-century	Late century (low/high warming scenario)		
Crop production (hotspot region: southern Europe)	+++	++	++	Catastrophic	Low: +
Crop production	+++	++	++	Critical	Medium: ++
Food security due to climate impacts outside Europe (*)	++	++	+	Substantial	High: +++
Food security due to higher food prices	++	+	+	Substantial	High: +++
Fisheries and aquaculture	++	+	+	Substantial	High: +++
Livestock production	++	++	+	Limited	High: +++

energia e clima (PNEC), mas persistem lacunas de planeamento e execução.

- **Instrumentos:** Melhoria de acesso a informação e capacitação para decisões informadas ao nível de sistemas de alerta, monitorização, previsão e planeamento a longo prazo. Decisores políticos, empresas e investidores têm de compreender melhor as interligações entre riscos climáticos, investimento e estratégias de financiamento a longo prazo. O Serviço de Alerta de Emergência por Satélite Galileo estará disponível em 2025 para comunicar informações de alerta a pessoas, empresas e autoridades públicas. A legislação sobre monitorização de florestas (ainda em proposta) e de solos, melhorarão os instrumentos de alerta e as avaliações de risco.
- **Políticas estruturais:** Os EM deverão refletir os riscos climáticos no seu ordenamento do território e em medidas de proteção das infraestruturas críticas. A CE pretende reforçar os mecanismos

de solidariedade da UE, para melhor antecipação de riscos.

- **Financiamento:** A resiliência às AC deve estar no centro das decisões de despesa da UE, sendo fundamental envolver o sector financeiro para melhor mobilizar o investimento público e privado. Os EM deverão integrar a resiliência climática na contratação pública, por exemplo através da aplicação do Regulamento Indústria de Impacto Zero. A CE convocará um grupo de reflexão sobre a mobilização do financiamento da resiliência climática, incluindo industriais e representantes de instituições financeiras públicas e privadas.

As regras bancárias e de seguros da UE estão a ser reforçadas para integrar riscos ESG (ambientais, sociais e de governação) nos sistemas de gestão de risco (CE, 2024a). A CE apresenta ainda ações-chave sobre clusters, incluindo:

- **Ecosistemas naturais:** desenvolvimento de paisagens resilientes às AC que atenuem impactos climáticos.
- **Saúde:** adoção de medidas para proteger trabalhadores expostos a ondas de calor.
- **Alimentação:** Preparação da produção alimentar futura da UE com os EM, incluindo adaptação em explorações agrícolas, com apoio para a transição para uma agricultura resiliente e rendimentos sustentáveis para os agricultores.
- **Economia:** Ajuda a empresas da UE, nomeadamente PME, a gerir melhor os riscos climáticos, ao nível da avaliação das vulnerabilidades nas cadeias de abastecimento.

CONCLUSÕES

Identificámos, ao longo deste artigo, os principais riscos climáticos, mas também possíveis ações. A CE está empenhada em aumentar a resiliência da UE, a adaptar-se e preparar-se

melhor para os riscos climáticos. Importa proteger pessoas, e seus meios de subsistência, assim como a competitividade das empresas e assegurar a prosperidade futura da Europa. As decisões de planeamento devem basear-se numa sólida avaliação antecipada e integrada dos riscos (climáticos e não climáticos). Reconhece-se que as melhores e duradouras medidas são as que asseguram múltiplos benefícios. Por isso, a CE e AEA defendem uma abordagem sistémica. Face ao impacto para o sector agrícola português, a CONFAGRI está a acompanhar esta matéria, estando na linha da frente da capacitação dos seus associados, tal como evidencia a última formação promovida em Barcelos sobre gestão da irrigação face às AC no âmbito do Projeto FIELDS. ●

EVOLUÇÃO DOS INSTRUMENTOS EM PORTUGAL

2010 e 2015 Estratégia Nacional de Adaptação, revista em 2015 (ENAA 2020) e que inclui a Agricultura como um dos Grupos de Trabalho Sectoriais.

Programa AdaPT que reconhece que a adaptação deve ser implementada por agentes locais, dado os impactos das AC nos territórios. Este programa foi impulsionador de outros projetos, como o uso eficiente da água e a prevenção de incêndios rurais. Atualmente, Portugal tem a maioria do território coberto por planos de adaptação intermunicipais e municipais (mais de 50 planos).

2019 Adotado o Programa de Ação para Adaptação às AC (P-3AC) (RCM n.º 130/2019, de 2 de agosto), que define áreas prioritárias de intervenção e linhas de ação. Inclui medidas de descarbonização com sinergias com a adaptação, como as que contribuem para o sequestro florestal e agrícola (aumento da matéria orgânica do solo e retenção de água).

2021 Aprovado o PNEC 2030 (RCM n.º 53/2020, de 10 de julho), que prorroga a vigência da ENAA até 31 de dezembro de 2025 e reconhece o Fundo Ambiental como principal instrumento no país para financiamento da ação climática, incluindo ao nível da adaptação. Entre os objetivos consta “promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono”

2023 Publicada primeira versão da revisão do PNEC 2030, em que Portugal antecipa em quatro anos a meta de incorporação de energias renováveis na produção de eletricidade. Com isto, o país prepara-se para atingir a neutralidade climática em 2045. Relatório europeu de 2023 sobre Portugal destaca que o sector financeiro está exposto a catástrofes naturais, como incêndios florestais e inundações.

2024 Versão final do PNEC 2030 revisto, aprovado em Conselho de Ministros a 4 de outubro.

FONTES:

AEA (2024). Avaliação europeia dos riscos climáticos (EUCRA). Agência Europeia do Ambiente

CE (2024). Gerindo riscos climáticos — protegendo pessoas e a prosperidade. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. COM(2024) 91 final, de 12 de março.

APA <https://apambiente.pt/clima/estrategia-nacional-de-adaptacao-alteracoes-climaticas>

CE (2024a). Relatório da Comissão sobre a monitorização de riscos climáticos para a estabilidade financeira C (2024). 4732 final, de 28 de junho.

Há 30 anos a crescer consigo

Obrigado por nos deixar fazer
parte da sua vida.



"JUDIA COM FUTURO IV": VALORIZAÇÃO DA CASTANHA E INOVAÇÃO NO SECTOR

TEXTO

PAULO MARQUES

CONFAGRI



1. JORNADAS TÉCNICAS

A 4ª edição do evento "JUDIA com Futuro" decorreu em Rio Bom, concelho de Valpaços, no dia 20 de setembro e contou com a realização de umas jornadas técnicas durante a manhã e uma feira sectorial da parte da tarde. O evento, organizado pela Associação AgriFUTURO, contou com a participação de cerca de 300 produtores e operadores e focou-se no futuro da castanha Judia, uma variedade de excelência pela sua qualidade e brilho. A sessão de abertura das jornadas técnicas contou com intervenções de diversas personalidades, incluindo Beraldino Pinto (Vice-Presidente da CCDR-Norte), Jorge Pires (Vice-Presidente do Município de Valpaços), Jaime Sampaio (Pró-Reitor da UTAD) e Angelina Eira (Presidente da Assembleia da AgriFUTURO), e destacou a importância das jornadas para o desenvolvimento e rentabilidade da cultura da castanha, bem como a sua contribuição para o património agrícola da região. Durante o painel, especialistas, como José Gomes Laranjo (UTAD/REFCAST) e Sónia Andrade (UTAD), abordaram o importante tema da podridão da castanha (Gnomonopsis castanea), ao passo que António

Guerra apresentou a relevância da matéria orgânica no solo e José Raul (AGROBIO) explicou o papel da agricultura biológica na captação de carbono. Após a apresentação e debate do painel, representantes de empresas ligadas ao sector, como a DEIBA, FERTINAGRO, ADP-Fertilizantes, ASFERT, e CORTEVA, fizeram uma intervenção para apresentarem soluções técnicas que permitem enfrentar estes desafios. À tarde, o evento ganhou uma componente prática, com a realização de uma feira sectorial, onde os produtores puderam

observar novas tecnologias para o manejo dos soutos, como os tratamentos para a cultura do Castanheiro com a utilização de pulverizadores e drones, e máquinas de apanha da Castanha, demonstrados em campo. A inovação tecnológica foi um dos grandes destaques, sublinhando o crescente profissionalismo e organização da cultura da castanha, como referido por Jorge Espírito Santo, da AgriFUTURO, "os soutos são tratados como pomares, exigindo um manejo diário e cuidados contínuos, que incluem podas e tratamentos ao longo do ano, evidenciando a evolução da atividade para uma prática mais profissionalizada e eficiente". A AgriFUTURO tem trabalhado intensamente para valorizar o potencial da região, através de ações como esta, que aproximam os produtores de soluções inovadoras e práticas. O evento "JUDIA com Futuro IV" reforçou o compromisso da associação em fornecer apoio técnico e promover a sustentabilidade da cultura da castanha Judia, valorizando o produto e contribuindo para o desenvolvimento económico da região. ●



2. FEIRA SECTORIAL

Fotos: AgriFUTURO

Apoiamos o seu Projeto Agrícola, Agroindustrial ou Florestal

A AGROGARANTE – SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA – EXISTE PARA APOIAR O SEU PROJETO INOVADOR

É este forte investimento na inovação e na iniciativa empresarial que torna a Garantia Mútua um instrumento de sucesso. Porque têm soluções à medida das necessidades específicas dos diversos setores de atividade: Porque aposta no futuro dos ENI, das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Com a AGROGARANTE, as boas produções estão garantidas!

No âmbito do Quadro de Incentivos (PDR 2020) consulte a AGROGARANTE para emissão de Garantias a favor do IFAP e para empréstimos necessários ao seu projeto.

GARANTIAS A EMPRÉSTIMOS

que lhe permite obter crédito junto das instituições Bancárias, em melhores condições de preço e prazo.

GARANTIAS A SISTEMAS DE INCENTIVO

requeridas no âmbito de programas de apoio às empresas, nomeadamente o IFAP, torna possível o recebimento antecipado de incentivos e outros apoios públicos.

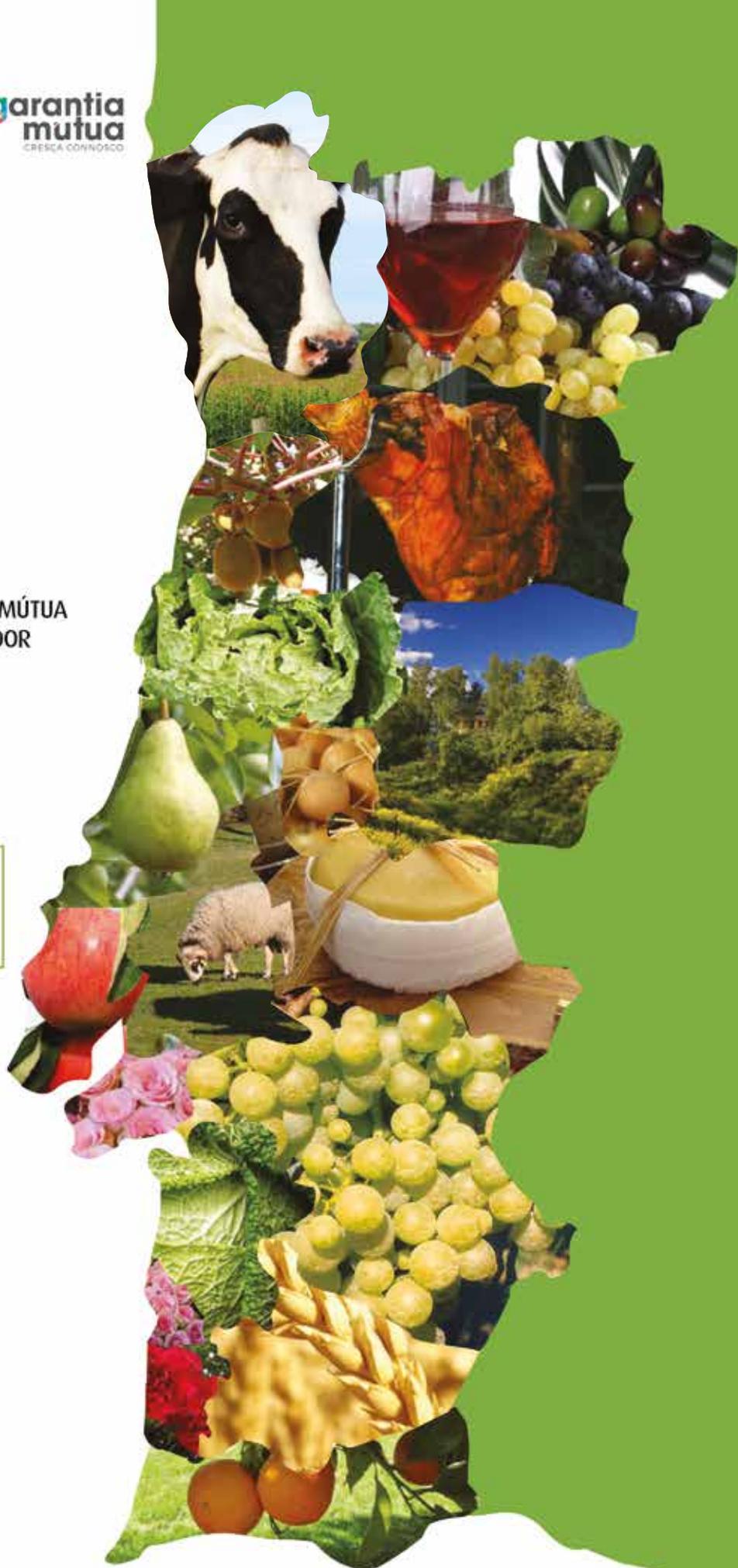
GARANTIAS DE BOM PAGAMENTO

para o pagamento de compromissos assumidos com fornecedores e outras entidades.

GARANTIAS AO ESTADO

que asseguram o cumprimento de obrigações perante as Instituições Públicas (IVA, etc.).

APOIO EM LINHAS ESPECÍFICAS



CA EMPRESAS
PME LÍDER E EXCELÊNCIA



LUZ VERDE

para a sua PME Liderar



Cada vez mais Empresas a conquistar
o estatuto PME Líder connosco.

**Junte-se a nós,
torne-se Líder com o CA.**



Para mais informações:

creditoagricola.pt | [f](#) [@](#) [v](#) [y](#) [in](#)

PUBLICIDADE 09/2024

Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L.
registada junto do Banco de Portugal sob o nº 9000 | M.C.R.C
de Lisboa e Pessoa Colectiva nº 501 464 301 | Capital Social
€ 314.938.565,00 (variável) | Rua Castilho nº 233, 233 A, Lisboa.